

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA EM ÁFRICA: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

JOÃO PEDRO CUNHA RABITA

OUTUBRO - 2021

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA
EM ÁFRICA: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

JOÃO PEDRO CUNHA RABITA

ORIENTAÇÃO:

CARLOS EDUARDO MACHADO SANGREMAN PROENÇA

OUTUBRO – 2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, Irmão e Minz
Ao Prof. Doutor Carlos Sangreman

O meu sincero agradecimento pela vossa disponibilidade e ajuda ao longo de todo este trabalho. Sem o contributo de cada um de vós não teria sido possível concluir mais uma etapa da minha vida académica.

Muito Obrigado.

RESUMO

Diversos fatores ligados à fragilidade e ao subdesenvolvimento da estrutura produtiva e social de alguns países, tem feito com que enormes quantias de ajuda externa sejam gastas anualmente por parte de países desenvolvidos e de organizações internacionais, na tentativa de responder a um vasto conjunto de dificuldades de cariz político, económico e social, que as instituições estatais não revelam capacidades para resolver.

A concentração de fluxos de ajuda para o desenvolvimento destina-se essencialmente ao continente africano por ser o que reúne muitos dos países mais pobres do mundo. A Guiné-Bissau, afetada principalmente pela constante instabilidade política, pela fragilidade económica e pelos elevados índices de corrupção, não é exceção.

Apesar dos argumentos contrastantes tendo em conta o papel efetivo da ajuda no desenvolvimento destes territórios, muitos são os atores que bilateralmente e/ou multilateralmente lhes prestam apoio. A União Europeia, por exemplo, é uma das instituições que mais ajuda tem providenciado ao longo dos anos, sendo atualmente um dos maiores parceiros de cooperação para o desenvolvimento na esfera bilateral e multilateral de ajuda externa na Guiné-Bissau, considerando o apoio à sociedade civil, à consolidação da governação democrática, à melhoria do sistema de saúde e ensino e ao fortalecimento das instituições.

Apesar das dificuldades em concretizar alguns destes objetivos, ainda para mais num contexto de pandemia global, a intervenção da União Europeia através da implementação de diversos programas, projetos e atividades transversais tem contribuído para melhorias em diversos setores no país.

Esta dissertação pretende assim investigar e analisar o contexto e a relevância da ajuda pública ao desenvolvimento das instituições da União Europeia para a Guiné-Bissau, tendo em vista o cumprimento das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Ajuda Pública ao Desenvolvimento; Estados Frágeis; União Europeia; África; Guiné-Bissau

ABSTRACT

Several factors, linked to the fragility and underdevelopment of the productive and social structure of some countries, have caused enormous amounts of foreign aid to be spent annually by developed countries and international organizations, in an attempt to respond to a wide range of difficulties of a political, economic and social nature, over which state institutions do not have the capacity to resolve.

The concentration of development aid is essentially aimed at the African continent, as it is the one that brings together many of the poorest countries in the world. Guinea-Bissau, mainly affected by constant political instability, economic weakness and high levels of corruption, is no exception.

Despite the contrasting arguments regarding the effective role of aid in the development of these territories, there are many actors who bilaterally and/or multilaterally supply them assistance. The European Union, for example, is one of the institutions that has provided the most assistance over the years and is currently one of the largest development cooperation partners in the bilateral and multilateral sphere of foreign aid in Guinea-Bissau, providing support to civil society, the consolidation of democratic governance, the improvement of the health and education system and the strengthening of institutions.

In spite of the difficulties in achieving some of these goals, even more in a context of global pandemic, the intervention of the European Union through the implementation of several programs, projects and cross-cutting activities has contributed to improvements in various sectors in the country.

This dissertation intends to investigate and analyze the context and relevance of official development assistance of European Union institutions for Guinea-Bissau, based on the achievement of the objectives established in the Sustainable Development Goals.

Keywords: Official Development Assistance; Fragile States; European Union; Africa; Guinea-Bissau

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACP - Estados de África, Caraíbas e do Pacífico

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CE – Comissão Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento

FEDS - Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IVCDCI - Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização não-governamental

PED – Países em Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIP - Plano de Investimentos Públicos

QFP - Quadro Financeiro Plurianual

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

UE – União Europeia

ÍNDICE

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO II

O QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO	3
---	---

2.1 - Conceito e percurso histórico da ajuda pública ao desenvolvimento	3
---	---

2.2 - Evolução da definição de “desenvolvimento”	6
--	---

2.3 - Abordagens críticas à ajuda externa	10
---	----

2.4 - Ajuda pública ao desenvolvimento em Estados Frágeis	12
---	----

CAPÍTULO III

A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA EM ÁFRICA: ESTUDO DE CASO DA GUINÉ-BISSAU	18
--	----

3.1 – Política europeia de cooperação para o desenvolvimento e áreas de intervenção	18
---	----

3.2 – Continente africano no contexto da ajuda externa	22
--	----

3.3 – Ajuda pública ao desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau	26
--	----

3.3.1 - Retrato geral da Guiné-Bissau	26
---	----

3.3.2 - Impacto da COVID-19 nos fluxos internacionais de ajuda e na Guiné-Bissau	29
--	----

3.3.3 – Ajuda pública ao desenvolvimento das instituições da União Europeia na Guiné-Bissau.	30
--	----

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO.....	36
----------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	38
-------------------	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxos totais dos recursos disponibilizados pelos países do CAD para os PED entre 1960-2018	4
Figura 2 - Número de pessoas a viver em extrema pobreza nos Estados Frágeis e no resto do mundo	14
Figura 3 - APD bilateral e multilateral dos países do CAD para os Estados frágeis entre 2000-2018	16
Figura 4 - APD recebida pela África Subsariana entre 1960-2019	23
Figura 5 - Ajuda Multilateral e Bilateral para a África Subsariana entre 1960-2012	23
Figura 6 - Top 10 doadores multilaterais para África entre 2015-2017 (milhões de dólares)	24
Figura 7 - Crescimento do PIB da Guiné-Bissau entre 1971-2020 (% anual)	30
Figura 8 - Listagem de diferentes setores apoiados pelas instituições da UE na Guiné-Bissau através de APD	33
Figura 9 - Valores da APD providenciada através de projetos financiados pelas instituições da UE para a Guiné-Bissau entre 2007-2019	33
Figura 10 - Listagem de organizações que receberam uma maior quantia de APD pelas instituições da UE para a Guiné-Bissau entre 2007-2019	34
Figura 11 – Valores da ajuda disponibilizada para a Guiné-Bissau através das instituições da UE para cada um dos dezassete ODS.....	35

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O tema sobre o qual pretendo realizar o presente estudo de investigação diz respeito ao papel da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) da União Europeia (UE) na Guiné-Bissau e ao impacto que a correta gestão deste recurso pelos atores envolvidos pode trazer às populações beneficiárias, especialmente num país fortemente afetado por altos índices de instabilidade política e fragilidade económica e social. A escolha deste país visa permitir aferir a relevância dos fluxos de ajuda (particularmente a APD) em Estados considerados frágeis, com graves problemas socioeconómicos.

Este trabalho surge no confluir da problemática entre a ajuda ao desenvolvimento providenciada aos países africanos e a falta de efetividade dos seus resultados práticos. Por que razão a ajuda não tem sido capaz de dar uma resposta eficaz a esta problemática? Um continente com imensas potencialidades suscita de facto uma necessidade em averiguar qual a verdadeira essência do problema e como agir para a solucionar. Neste sentido, pretende-se analisar a evolução e o contributo da ajuda externa para o crescimento deste continente e principalmente da África subsariana, apreciando o seu contributo real para o processo de desenvolvimento mas também as razões por detrás da sua ineficácia.

O tema em questão será analisado através de uma leitura crítica, recorrendo ao estudo de diferentes obras literárias e artigos científicos, recolhendo diferentes ideias e perspetivas que complementarão esta dissertação de mestrado.

À luz do conceito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, pretende-se também analisar de maneira geral, o continente africano no contexto da APD, e em particular a ajuda recebida pela Guiné-Bissau nos últimos anos, dos organismos e instituições internacionais multilaterais e das agências bilaterais de cooperação, através de projetos e/ou programas de desenvolvimento e promoção social.

A reflexão sobre a APD ao longo deste trabalho está inevitavelmente condicionada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pela Agenda 2030 aprovados pelas Nações Unidas que definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030, com o intuito de reunir esforços no sentido de melhorar os níveis de vida dos cidadãos e preservar o meio ambiente.

A realização desta dissertação sobre a APD na Guiné-Bissau justifica-se na medida em que poderá contribuir para uma melhor avaliação do contributo geral da APD para o país, assim como, realçar a importância das relações bilaterais UE-Guiné Bissau, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas com a arquitetura internacional de promoção do desenvolvimento e cooperação internacional.

Este trabalho de investigação olha também com particular atenção para os argumentos de autores que sustentam que as políticas de ajuda ao desenvolvimento, não permitem responder aos desafios de pobreza e de desigualdades, tendo como finalidade compreender se este conjunto de argumentos é aplicável à APD disponibilizada pela UE ao país em estudo.

Assim sendo, esta dissertação é dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo será efetuado o levantamento de alguns dos principais aspetos relacionados com a APD (significado, relevância, conceito, percurso histórico, etc.), seguido pelas várias evoluções da definição da própria conceção de “desenvolvimento” a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda no mesmo capítulo, serão analisadas diversas abordagens críticas à ajuda ao desenvolvimento, tendo por base a análise textual de diversas obras literárias e artigos de autores como Peter Bauer, Dambisa Moyo, Burnside e Dollar, entre outros, seguido por uma análise sobre a APD nos Estados Frágeis, realçando a sua necessidade e importância no desenvolvimento destes territórios.

No segundo capítulo será analisada a política europeia de cooperação para o desenvolvimento e as respetivas áreas de intervenção, seguida pelo estudo dos dados relativos à APD no continente africano (particularmente na África Subsaariana) e por uma análise ao impacto da pandemia COVID-19 nos fluxos de ajuda externa, e por último lugar, a avaliação do contributo da APD providenciada pelas instituições da UE para o desenvolvimento integrado e sustentável da Guiné-Bissau.

CAPÍTULO II

O QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

2.1 - Conceito e percurso histórico da ajuda pública ao desenvolvimento

O conceito de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) tem sido utilizado há mais de meio século como um parâmetro global de ajuda externa, para calcular e avaliar o desempenho dos países doadores no apoio providenciado aos países parceiros, sendo uma das principais fontes de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento.¹

A conceção e o desenvolvimento da definição de APD representam um enorme progresso do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OCDE, 1992), sendo por este definido como um conjunto de recursos (créditos, donativos ou transações de capital) concedidos pelos países doadores ou organizações internacionais e que fomentam especificamente o progresso económico e social dos países em desenvolvimento (PED), sendo concedida tendo por base a vontade política, a escala e natureza das necessidades humanitárias e de desenvolvimento e o grau de solidariedade e de interesses estratégicos.

A APD é providencial para permitir um avanço aos países mais pobres no sentido de acelerarem a sua trajetória rumo ao desenvolvimento, disponibilizando financiamento em condições favoráveis para atender às necessidades de investimento e à concretização de políticas públicas, ao aumento das capacidades produtivas e de exportação, ao combate a problemas manifestados através de desastres naturais e humanos, conflitos políticos, propagação de pandemias e ainda para apoiar o desenvolvimento do setor agrícola e dos sistemas educativo e de saúde.

Apesar das diversas alterações feitas ao longo dos anos tanto no conteúdo como nos vários instrumentos que a compõe, existe uma definição básica de APD proposta pelo CAD que permaneceu praticamente inalterada desde 1972.² De acordo com essa definição, as seguintes condições devem ser atendidas para que os recursos transferidos sejam determinados como APD:

1. Provir de organismos públicos;

¹ Para além desta, existem também outras fontes de financiamento que são relevantes para o desenvolvimento e que representam inclusive valores muito mais elevados do que a APD tais como, as remessas de migrantes, o IDE, os empréstimos bancários, etc., mas que não serão tratadas no contexto deste trabalho.

² Foram apenas registadas algumas alterações para incluir novos custos. Alguns exemplos são os custos administrativos dos países doadores, os custos do país doador com a permanência de refugiados no seu território durante o primeiro ano, a promoção da consciencialização do desenvolvimento, entre outros.

2. Ser destinado a uma lista de países ou territórios elegíveis para APD estabelecida pelo CAD;
3. Ser providenciados recursos em termos favoráveis, na forma de donativos ou empréstimos com carácter concecional, possuindo um elemento de doação superior ou igual a 25%;
4. Ter como principal objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconómico e de bem-estar dos PED.

Os fluxos de APD são principalmente fornecidos por meio de ajuda multilateral (quando os recursos providos passam por uma organização internacional, tal como o Banco Mundial, as Agências da Nações Unidas, a UE, etc.) ou bilateral (quando o país doador a fornece diretamente ao país recetor), não abrangendo por isso toda a diversidade de outros fluxos que compõem a ajuda ao desenvolvimento, tais como, os fluxos privados ou os donativos efetuados por meio de organizações não-governamentais (ONG's).

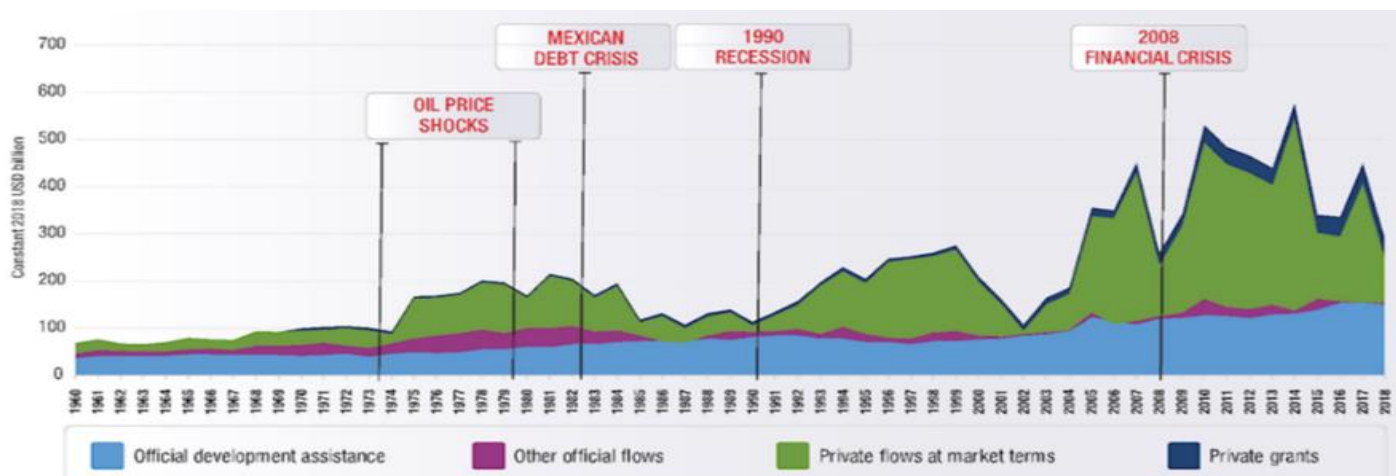
Como realçado na Declaração de Monterrey (2002):

“Official development assistance (ODA) plays an essential role as a complement to other sources of financing for development, especially in those countries with the least capacity to attract private direct investment ... For many countries in Africa, least developed countries, small island developing States and landlocked developing countries, (...) is critical to the achievement of the development goals and targets of the Millennium Declaration and other internationally agreed development targets.”

In Nações Unidas (2002), p. 14.

Esta modalidade de ajuda para além de ter um papel fulcral em determinadas regiões, demonstra também ser uma das fontes de financiamento externo mais efetiva e resiliente para os PED, tendo resistido a várias crises económicas desde a conclusão da Segunda Guerra Mundial (Figura 1).

Figura 1: Fluxos totais dos recursos disponibilizados pelos países do CAD para os PED entre 1960-2018



Fonte: OCDE (2020)

O discurso de posse do presidente Truman, proferido no final da Segunda Guerra Mundial (1949), enfatizando a necessidade de ajudar os países mais desfavorecidos, é considerado, como o surgimento do conceito de ajuda ao desenvolvimento. Numa primeira fase como um produto do pós-II Guerra Mundial (orientado para a reconstrução europeia através do Plano Marshall) e da ordem internacional que foi sendo criada com as independências dos países colonizados em especial na Ásia e em África, seguindo-se por volta da década de 60 o alargamento da ajuda após a criação do CAD da OCDE. No entanto, só em 1969 o CAD adotaria o termo “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, separando-o dos “Outros Fluxos Oficiais” e identificando-o como transações cujas condições financeiras demonstram um carácter concecional, tendo como principal objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconómico dos países menos desenvolvidos.

Com o avançar das tensões na Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, a ajuda ao desenvolvimento ganha um papel de maior relevância, tornando-se preponderante em questões diplomáticas e geoestratégicas e revelando-se uma ferramenta de influência no combate entre as duas nações antagónicas.

Já durante a década de 80 a concessão de ajuda fica vinculada a uma conjugação de reformas económicas neoliberais impostas aos PED (Consenso de Washington), sujeitando-a às condicionalidades das instituições financeiras dominadoras como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na década seguinte e livre das amarras da Guerra Fria, o fornecimento de ajuda passa por novas mudanças e volta a focar-se principalmente no combate à pobreza e na promoção do crescimento económico. Apesar de resultados menos positivos nos fluxos de ajuda registados na década de 90, há na entrada para o novo milénio um novo entusiasmo com a criação e adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), perspetivando-se um futuro próspero em matéria de progresso económico para os países menos desenvolvidos. Os desafios, sobretudo das alterações climáticas, levaram a procurar uma forma mais eficaz de contribuir para o cumprimento dos ODM e as Nações Unidas aprovaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Atualmente e diante de novos desafios à escala global, a ajuda ao desenvolvimento deve uma vez mais se ajustar e encontrar a forma mais eficaz de contribuir para o cumprimento dos ODS e para a prosperidade das nações mais necessitadas.

A formulação e implementação da Agenda 2030 e dos ODS, fez com que diferentes países e organizações procurassem identificar e compilar a sua contribuição para estes objetivos e para a totalidade de ajuda providenciada. Contudo, este enorme conjunto de atores na cena internacional acarreta dificuldades acrescidas no momento de selecionar e recolher uma imensidão de estatísticas com características particulares e distintivas das demais.

Por esta razão foi recentemente elaborado o *“Total Official Support for Sustainable Development”* (TOSSD), que tem como objetivo melhorar um cenário complexo e repleto de informação (que são as estatísticas internacionais existentes sobre o financiamento para o desenvolvimento) tornando-se assim, num padrão internacional com o propósito de medir de uma forma mais extensa, coerente e consolidada o conjunto completo de investimentos relevantes e recursos de apoio à Agenda 2030, fornecendo dados relativamente ao planeamento estratégico e às necessidades e prioridades emergentes. (OCDE, s.d.).

2.2 - Evolução da definição de “desenvolvimento”

Apesar de amplamente vulgarizado, enquanto termo académico, estratégico e político as interpretações do conceito de desenvolvimento são múltiplas e até mais complexas do que há alguns anos atrás, sustentadas na variedade de perspetivas e ideologias que lhe subjazem, tornando-se num fenómeno à escala global, suplantando as políticas dos Estados e convertendo-se num tema fundamental no século XXI.

A definição de desenvolvimento tem sido controversa e mutável ao longo dos anos. Contudo, a maioria das definições considera que "desenvolvimento" compreende uma mudança contínua numa pluralidade de elementos da sociedade. O seu conceito percorreu uma longa jornada teórica e conceptual na história das relações internacionais. No entanto, se no período pós-Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento era definido tendo em conta uma visão de longo prazo dando ênfase às transformações estruturais das sociedades, a partir da década de 1990 o desenvolvimento passou a ser definido em termos de uma visão de curto prazo em relação aos indicadores de desempenho e aos objetivos governamentais estabelecidos. Assim, o desenvolvimento evoluiu de um conceito essencialmente unidimensional para um multidimensional, envolvendo a concretização de vários objetivos.

É então após o desfecho da Segunda Guerra Mundial que o conceito de “desenvolvimento” se afirma irrevogavelmente, devido a amplas transformações políticas e económicas no cenário internacional, tais como, a preparação do Programa de Recuperação Europeu (Plano Marshall), a formulação simbólica do “Programa Ponto Quatro” anunciado pelo presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman no seu discurso inaugural, o início da Guerra Fria e o período pós-colonial. É neste intervalo temporal que o desenvolvimento começa a sobressair no pensamento político e social, emergindo novas visões e modalidades de intervenção de modo a resolver os problemas dos PED.

No entanto, apesar das questões de desenvolvimento terem ganhado maior relevância na agenda internacional no pós-guerra, tendo a institucionalização do discurso ocorrido através de diversos meios (organizações internacionais, agências nacionais, ONG’s, etc.) esta é fruto de um processo de evolução histórica de conceções e instituições que evoluíram ao longo dos tempos. Este processo de

institucionalização contribuiu para a criação de uma ampla rede de conhecimentos que possibilitou a elaboração e a cimentação do discurso desenvolvimentista.

Como referido por Bárbara Ferreira & Rita Raposo (2017) a primeira geração de políticas de desenvolvimento, (aproximadamente entre 1945-1970) importam-se exclusivamente com o impulso do crescimento económico (gerado por via da industrialização e tido em conta como o principal critério de desenvolvimento) com o objetivo de suprimir as desigualdades sociais. É também durante este tempo, que as interpretações estruturalistas postulavam por uma intervenção estatal sólida em situações na qual as falhas de mercado eram consideráveis. No entanto, as críticas surgiram tendo em conta as falhas do Estado, descritas na sequência dos programas e planos intervencionistas.

Segue-se, conseqüentemente, a segunda geração de políticas de desenvolvimento através do ressurgimento da economia neoclássica, que como indica Bárbara Ferreira & Rita Raposo (2017), está inserido “(...) num contexto político, social e económico marcado pelo fim do sistema de Bretton Woods, pelos choques petrolíferos de 1973 e 1979-1980 e pela transição do sistema de produção fordista para o pós-fordismo.” A década de 70 foi ainda marcada pela estagnação económica nos países mais ricos o que significou o fim da prosperidade do crescimento ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial e pelo fato das teorias da Economia do Desenvolvimento começarem a despertar a atenção para a importância de outras variáveis, como por exemplo, a dimensão ambiental (direcionado à preservação da Natureza) e a dimensão humana (focada em setores como a saúde e a educação).

Esta segunda geração, marcadamente associada à “mão invisível” do mercado, à liberalização das economias mundiais através da promoção dos programas de ajustamentos estruturais preconizados por instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI), pela estabilização macroeconómica e pelas resoluções provenientes do “Consenso de Washington”, vieram providenciar uma maior desregulação financeira e económica e a redução do papel do Estado na economia através da privatização de empresas públicas, como forma de proporcionar respostas aos desafios de desenvolvimento.

Contudo, esta mudança de paradigma não obteve o resultado desejado, uma vez que muitos dos países recetores dos programas de ajustamento e de assistência financeira, vivenciaram, como mencionam Bárbara Ferreira & Rita Raposo (2017), elevados níveis de “(...) desemprego e pobreza, perda de bens públicos, desigualdades galopantes, novas oligarquias e vários outros problemas sociais e políticos.” Apesar do apoio internacional providenciado pelos países desenvolvidos através de doações ou empréstimos a taxas de juro inferiores às do mercado, os indicadores de performance económica e social dos PED demonstraram um total fracasso, ficando a década de 80 apelidada de “década perdida”.

O fracasso das políticas de ajustamento e a conseqüente necessidade de recuperação da recessão económica principalmente na América Latina e em África, reforçaram a necessidade do aumento da entrada

de recursos financeiros para os países afetados. No entanto, tendo em conta os problemas socioeconómicos experienciados durante esta década, havia vários indícios que demonstravam que mais ajuda em qualquer escala (apesar de contribuir para amenizar provisoriamente a situação de crise) não geraria, possivelmente, vantagens significativas para os mais carenciados nos PED (S. Browne, 1997).

Embora não tenha existido um aumento substancial nos fluxos de ajuda, a APD permaneceu bastante dinâmica durante a década de 1980 (S. Browne, 1997). Contudo, a “década perdida” na era do desenvolvimento colocou também questões relativamente aos programas de ajuda, pondo em causa a sua eficácia como mostra a obra *“Does aid work?”* de Robert Cassen (1986). O fracasso das políticas de ajustamento foi também tomado como o fracasso da ajuda externa.

Foi já na década de 90 que, de acordo com Ricardo Santos (2019), houve um “(...) reavivar de uma busca de razão para as políticas de desenvolvimento, começando com a tomada de consciência que o indicador único utilizado até então, o do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, omitia e iludia os desafios do processo de desenvolvimento económico.” O parâmetro do crescimento económico como vetor preferencial era um instrumento insuficiente. Segundo Seers (1969), a perceção de outros critérios tais como os níveis de desigualdade, pobreza, desemprego, etc. deveriam ser igualmente considerados, de maneira a compreender se um determinado país estaria ou não a evoluir numa direção de desenvolvimento e prosperidade.

Estas críticas à forma de como o processo de crescimento e desenvolvimento era analisado, levou à construção de vários indicadores com o intuito de seguir e avaliar o nível de desenvolvimento dos diferentes países, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aquele que se afirma como o mais relevante.

Devido às discussões e complexidade gerada à volta das políticas de desenvolvimento e das diferentes necessidades e dificuldades sentidas pelos PED, surge no início do novo século, uma agenda comum de desenvolvimento multidisciplinar. O ano 2000 arquitetou um novo plano de promoção do desenvolvimento, designado por Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que reuniam as vontades da comunidade internacional em torno de um conjunto de prioridades claramente identificáveis e que foram um marco histórico de uma estratégia eficaz de mobilização global para atingir um conjunto de prioridades sociais, ambientais e económicas importantes em todo o mundo.

Os ODM comprometeram-se a progredir em áreas como os direitos humanos e a igualdade, o meio ambiente, a pobreza, a educação e a saúde, com a intenção de aumentar os padrões de vida dos países mais pobres. Contudo, algumas das metas a alcançar inerentes a estes objetivos (maior respeito pelos direitos humanos e igualdade de género, eliminação de armas de destruição maciça e término do tráfico ilícito de armas ligeiras, redução acentuada dos níveis de poluição, etc.) não se coadunavam com planos e políticas

intrínsecas de alguns países, denotando claras contradições durante o processo de formação e aplicação dos ODM.

Contudo, decorridos 15 anos da constituição dos ODM e novamente a partir das Nações Unidas, começou um novo processo que pretendia retratar uma nova realidade e conseqüentemente um novo conjunto de objetivos. Este processo foi acompanhado por uma multiplicidade de atores e por um maior envolvimento de diversos governos e agências internacionais, permitindo dar voz a países até então “abandonados”. No decorrer deste acontecimento, são definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dando origem a um aumento do número total de objetivos, metas e indicadores a cumprir. A transição para os ODS demonstrou uma necessidade de uma evolução no próprio conceito de desenvolvimento, a fim de ser capaz de enquadrar e enfrentar os desafios e assuntos globais atuais, atendendo às necessidades da comunidade internacional.

Enquanto os ODM integravam uma ideia de que caberia aos países mais desenvolvidos apoiarem o processo de desenvolvimento dos PED, os ODS não prescrevem apenas objetivos para a fração mais pobre dos PED, mas para todos, fazendo com que os países mais desenvolvidos se comprometam com correções às suas próprias trajetórias de desenvolvimento. Assim sendo, atualmente, as políticas e as ações tomadas por cada país, tanto a nível interno como externo, retratam a sua contribuição para um desenvolvimento sustentável global.

Esta inter-relação faz com que o progresso e o sucesso de determinados países possam estar profundamente relacionados com o crescimento e o êxito de outros. Por esta razão, as intervenções políticas tomadas por cada nação podem influenciar as opções e oportunidades de indivíduos noutros locais. Uma maior consciência desta correlação significou uma maior aceitação de que os problemas socioeconómicos numa parte do mundo têm implicações em outras partes do globo, e que por esse motivo os padrões de pobreza e desigualdade estão conectados à estrutura da economia global.

Atualmente pode-se afirmar que o objetivo de desenvolvimento tem também em consideração a melhoria do bem-estar humano e da qualidade de vida, só atingível, caso os governos sejam capazes de aplicar políticas sociais, económicas e ambientais que promovam a prosperidade dos seus povos. Isto envolve não só a erradicação da pobreza, mas também a satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais com base em instituições democráticas e amplamente participativas. O bem-estar das populações e a maneira como estas são afetadas pelo processo de desenvolvimento tornasse assim uma peça central na definição do próprio conceito.

Os acontecimentos históricos desde o discurso de Truman em 1949 até à formulação dos ODS contam toda uma narrativa sobre as alterações que o conceito de “desenvolvimento” sofreu ao longo dos anos, de modo a se tornar mais aplicável e adequado aos desafios e necessidades do mundo atual. Este

cenário de constantes mudanças, representa então um avanço considerável em relação à maneira como o “desenvolvimento” era perspectivado no pós-Segunda Guerra (quando a sua conceção e aplicação era vista quase que exclusivamente como um aumento das capacidades produtivas e do PIB per capita) passando, atualmente, para um processo mais diversificado, abrangente e plural denominado desenvolvimento sustentável.

Apesar das diversas críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável, há uma convergência no que diz respeito à necessidade de um desenvolvimento global, que melhore a qualidade de vida da população mundial e diminua as desigualdades e a pobreza existentes através de um conjunto de políticas e medidas que afetem tanto os aspetos económicos como os sociais, ambientais e institucionais.

2.3 - Abordagens críticas à ajuda externa

São várias as experiências que nas últimas décadas demonstram que os resultados da ajuda externa foram em diferentes ocasiões, tanto altamente eficazes como completamente ineficientes, devido principalmente à sua volatilidade e imprevisibilidade tornando difícil para os países incluí-la em orçamentos e planos estratégicos de desenvolvimento.

Embora os fundos provenientes da ajuda tenham auxiliado na mitigação de alguns problemas dos PED, o seu histórico em tirá-los da pobreza é mais impreciso. Como refere Blunt et al. (2011) “A retórica convencional da ajuda ao desenvolvimento proclama a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável nos países pobres como objetivos essenciais. No entanto, é amplamente reconhecido que a ajuda ao desenvolvimento tem um histórico misto, mas geralmente pobre, de alcançar esses objetivos”. É precisamente devido a esta incapacidade de estimular a industrialização e a modernização nos PED e de gerar resultados positivos e de longo prazo, que se gerou um profundo debate sobre o impacto da ajuda e da cooperação para o desenvolvimento.

A ajuda é compreendida como um potencial fator de corrupção institucional e uma forma de enriquecer as elites políticas, deteriorando o desenvolvimento dos países recetores e tornando-se praticamente irrelevante para o crescimento económico geral. É, portanto, de acordo com um crítico “*an excellent method for transferring money from poor people in rich countries to rich people in poor countries*” (OCDE, 2012).

Complementarmente, a ajuda tem sido encarada pelos seus críticos como uma forma de os países industrializados dominarem e explorarem os recursos dos PED através de ideologias e modelos impostos pelo Ocidente, distorcendo a sua economia, cultura e valores. Desde a segunda metade do século passado, que a teoria da dependência encara este recurso externo como uma forma de exploração e de autoenriquecimento, na qual as elites são o grupo mais beneficiado. No longo prazo esta relação de

dependência provocará uma distorção dos mercados internos, dizimando a economia e contendo o empreendedorismo nacional e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, prejudicando largamente o crescimento dos países recetores de ajuda.

Peter Bauer, economista de desenvolvimento, criticou o argumento de que os PED podem escapar da armadilha da pobreza por meio da ajuda ao desenvolvimento.

“Development aid is thus clearly not necessary to rescue poor societies from a vicious circle of poverty. Indeed, it is far more likely to keep them in that state. It promotes dependence on others. It encourages the idea that emergence from poverty depends on external donations rather than on people’s own efforts, motivation, arrangements, and institutions.”

In Bauer (2004), p. 46.

Como referido no artigo *“Failure of Foreign Aid in Developing Countries: A Quest for Alternatives”* de Niyonkuru F. (2016), os investigadores Jane & Toye (1995) identificaram a ajuda externa não somente como um meio ineficiente para reduzir a pobreza, mas também como um elemento de dependência na qual a estrutura económica mundial coloca os países menos desenvolvidos num constante estado de subordinação. O sistema de ajuda a estes países tem sido criticado como sendo, em alguns casos, mais proveitoso para o país doador do que para o recetor, ou mesmo como uma forma de neocolonialismo. Várias entidades nos países doadores utilizam a ajuda externa como um método para alcançarem influência diplomática, vantagens geoestratégicas e militares e ganhos económicos. Como mencionado por Hoeffler & Outram (2011) “(...) os interesses políticos e económicos dos doadores superam as necessidades de desenvolvimento ou méritos dos beneficiários.” Outros autores vão mais longe na sua crítica e argumentam que a ajuda tem servido para aumentar as desigualdades dos rendimentos (Herzer & Nunnenkamp, 2012) e para potencializar o conflito civil (Bluhm et al. 2016).

Na opinião de William Easterly (2002), houve um conjunto de recursos que foram amplamente desperdiçados, uma vez que o setor do desenvolvimento não considerou a importância de fornecer os incentivos corretos aos governos e cidadãos dos PED. Do mesmo modo, Peter Bauer (1971) alertou para a importância dos incentivos, afirmando que a ajuda ao desenvolvimento não proporciona os estímulos necessários para que os líderes dos PED adotem políticas adequadas e consentâneas com os objetivos de desenvolvimento.

De acordo com Dambisa Moyo (2009) “A ajuda tem sido, e continua a ser, um desastre político, económico e humanitário absoluto para a maior parte do mundo em desenvolvimento.” A autora alega que mesmo nos casos em que aplicada da melhor maneira, a ajuda tende a contribuir para a corrupção, para o favorecimento de regimes autoritários, para o subsídio de conflitos armados e para o destorcimento das economias locais.

Alguns críticos referem também que mesmo nos países com um maior crescimento económico (em virtude das receitas provenientes da ajuda fornecida pelos doadores) não houve inevitavelmente uma diminuição dos níveis de pobreza, mas sim uma maior desigualdade.

Outros autores enquadram a ajuda como um instrumento de política externa por meio do qual os doadores procuram aumentar a sua esfera de influência, ampliando o seu acesso aos mercados internacionais e permitindo-lhes recompensar ou punir outros países de acordo com as políticas por estes seguidas. Deste modo, os críticos dos programas de ajuda externa defendem que a ajuda tem sido dominada por interesses estratégicos (corporativos), tendo criado dívidas elevadas e difíceis de suportar pelos PED (Victoria Williams, 2020).

Grandes influxos de ajuda externa para países em desenvolvimento mal preparados para os absorver, podem reduzir tanto os níveis de poupança interna como os de investimento, tornando-se um fator impeditivo de um crescimento económico mais sólido e sustentável. Como Morrison (2001) identificou, a ajuda externa só é benéfica se afetar positivamente o investimento, não atingir diretamente a taxa de poupança e possibilitar a importação de tecnologia.

Antes de aplicar avultadas quantias de assistência financeira aos PED, seria aconselhável em primeiro lugar, investir-se no fortalecimento das instituições e dos sistemas financeiros, porque de outra maneira a ajuda não cumprirá os objetivos pretendidos. Como expresso por Burnside & Dollar (1997), a ajuda só consegue estimular o crescimento dos PED quando canalizada por meio de sistemas económicos bem estruturados que proporcionem a adoção de boas políticas fiscais e monetárias.

Para uma melhor aplicação dos recursos oriundos da ajuda ao desenvolvimento, será necessária uma maior coerência entre os planos de ação dos doadores e aquilo que o país recetor almeja alcançar, assim como, uma maior liberalização do comércio entre os mercados mundiais e os produtos exportados pelos PED, a redução das dívidas dos países mais endividados para que não tenham de pagar os juros de empréstimos antigos e ainda a aplicação de boas políticas públicas, de uma gestão financeira apropriada e da criação de instituições democráticas e estáveis. Contudo, estas condições não são uma realidade na grande maioria dos PED, sobretudo nos Estados considerados frágeis, e por esse motivo uma gestão competente dos fluxos de ajuda continuará a ser crucial para o futuro desenvolvimento destes países.

2.4 - Ajuda pública ao desenvolvimento em Estados Frágeis

A definição do conceito de “fragilidade” associado ao processo de desenvolvimento irrompe na década de noventa “(...) como a combinação entre a exposição ao risco e a insuficiente capacidade do Estado, de sistemas e/ou comunidades para gerir, absorver ou mitigar esses riscos” (OCDE, 2016).

Existe, contudo, um espectro alargado de transformação, que vai desde a fragilidade do Estado até ao colapso ou falhanço do mesmo. De facto, apesar da catalogação de “Estado Frágil” não ser estática, muitos dos que entram nesta categoria dificilmente são capazes de sair, o que demonstra uma tendência de persistência da situação de fragilidade.

Esta fragilidade tem por norma consequências negativas associadas, incluindo violência, pobreza, desigualdade e degradação ambiental (OCDE, 2020). Em 2016, aproximadamente 1,8 mil milhões de pessoas (cerca de 24% da população mundial) viviam em contextos frágeis, com esse número possivelmente a crescer para 2,3 mil milhões até 2030 (OCDE, 2018).

Um Estado frágil é caracterizado por não ter competências para levar a cabo funções de governação elementares e fundamentais, revelando um distanciamento entre os atos dos representantes políticos e a vontade dos cidadãos, deixando assim, de assegurar as funções básicas necessárias à redução dos níveis de pobreza, de desigualdade e à defesa dos direitos humanos e da segurança das suas populações.

A designação de Estado frágil pode ser “aplicada para qualificar um conjunto de situações, desde países em crise, países em guerra, em contexto de reconstrução, crises humanitárias e naturais, ou situações de pobreza extrema” (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, s.d.). A maioria dos Estados frágeis estão situados na África Subsaariana (35), seguido pela Ásia e Oceânia (10), Médio Oriente e Norte de África (9) e América Latina e Caraíbas (4) (OCDE, 2018).

A violência e a fragilidade de um Estado originam violações sistemáticas dos direitos, liberdades e garantias fundamentais de uma sociedade. O seu impacto no desenvolvimento gera ondas de choque multidimensionais profundas que afetam tanto questões políticas como socioeconómicas.

Os Estados frágeis revelam graves problemas nas suas ligações com o comércio regional e global e com a atração de investimentos internacionais, estando menos conectados economicamente do que os outros PED e mais predispostos a negociar localmente do que globalmente.

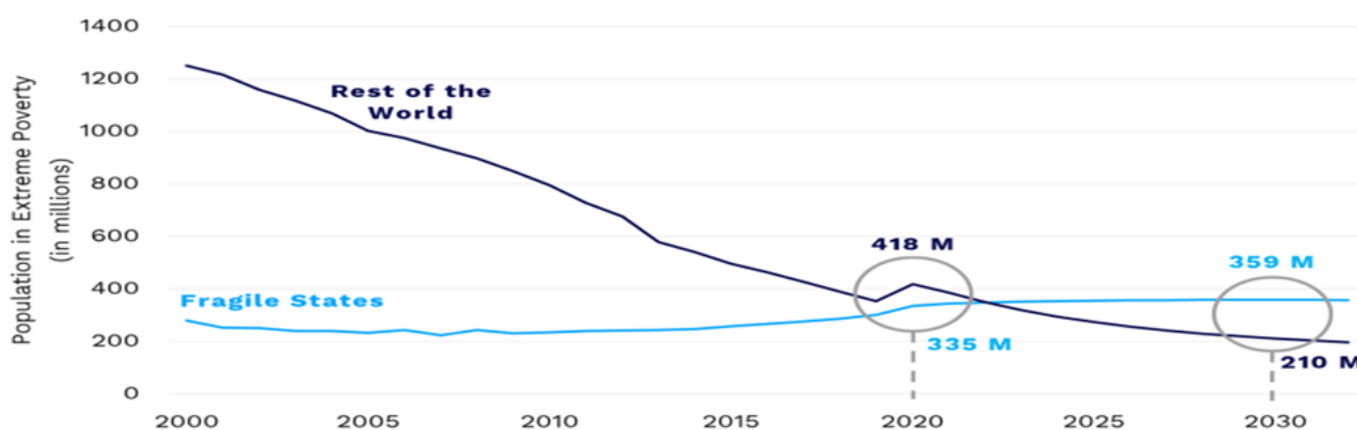
O cenário político, económico e social dos Estados frágeis é caracterizado pela dependência de ajuda externa, pela fragilidade e ineficiência das instituições, pela necessidade de uma maior independência do poder judicial, por eventos constantes de violência, pelo impacto de fenómenos transnacionais como o tráfico de droga e a criminalidade organizada, pela concorrência entre as elites e os interesses subjacentes por parte dos mais poderosos, pela instabilidade e fraca diversificação da estrutura económica e ainda, pelas alarmantes desigualdades sociais e pela contínua instabilidade política marcada pela presença de regimes autoritários (OCDE, 2018).

Na tentativa de colmatar os problemas evidenciados pelos Estados frágeis, a OCDE promoveu o Diálogo Internacional sobre *Peacebuilding* e *Statebuilding* que culminou na aprovação do *New Deal for Engagement in Fragile States*, em 2011. Nele ficou expresso, entre outros pontos, a intenção de aumentar a

harmonização e a coordenação dos doadores, melhorar a rapidez e previsibilidade da entrega de ajuda, assim como, evidenciar uma maior transparência e partilha de risco entre os intervenientes. Essas diretivas estão a ser postas em causa depois dos acontecimentos recentes no Afeganistão.

Em 2020, 23% da população mundial e 76,5% de todos aqueles que viviam em situação de pobreza extrema residiam em contextos frágeis (OCDE, 2020). Enquanto o resto do mundo tem sido capaz de reduzir o número de pessoas a viver em condições de pobreza extrema, os Estados frágeis têm visto essa quantia a aumentar (Figura 2).

Figura 2: Número de pessoas a viver em extrema pobreza nos Estados Frágeis e no resto do mundo



Fonte: World Data Lab projections

Um documento do Banco Mundial (2015) assinala que “os indicadores sociais demonstram que as pessoas em Estados frágeis e afetados pelo conflito tendem a ser pobres, a não beneficiar de escolarização, e a terem falta de acesso a serviços de saúde básicos.” Assim, o cenário interno é definido como sendo incapaz de prestar serviços públicos e gerir recursos, proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, reduzir a pobreza e garantir a segurança da população. A prosperidade das próximas gerações dependerá sobretudo do apoio coletivo providenciado às populações mais necessitadas, nas regiões mais vulneráveis.

Os fluxos de ajuda a países considerados frágeis são percecionados como uma forma de mitigar toda esta panóplia de adversidades. Porém, este auxílio prestado aos países mais pobres continua a ser muito volátil, prejudicando a sua eficiência uma vez que gera instabilidade económica e fiscal e impossibilita que os países recetores estabeleçam planos de médio-longo prazo em diversas áreas de atuação.

Complementarmente, a sua distribuição é um processo em primeiro lugar assimétrico. Esta tendência apesar de não ser recente, continua a ser experienciada como demonstram os dados relativos ao ano de 2018, no qual, 10 dos 57 contextos frágeis representavam metade da APD bilateral líquida dos membros do CAD e

20 contextos frágeis representavam três quartos da sua APD bilateral (OCDE, 2020). Em segundo lugar, é bastante dependente de interesses particulares, com países a receberem grandes fluxos de ajuda (em função da sua performance e da qualidade das respetivas instituições) e outros a permanecerem esquecidos (visto apresentarem pouca ou nenhuma relevância no contexto político-estratégico). Contudo, os fundos devem ser disponibilizados independentemente da menor capacidade de implementação, da probabilidade de não cumprimento de algumas condições exigidas pelos países doadores, dos seus níveis de governação, estabilidade ou índices macroeconómicos, até porque nenhum dos Estados frágeis encontrava-se perto de cumprir os ODS no que diz respeito aos indicadores de fome, saúde, igualdade de género e empoderamento das mulheres (OCDE; 2020).

Este contexto demonstra que existem fatores que pesam incomparavelmente mais no âmbito das relações globais de poder do que a pobreza per si. Deste modo, os fluxos de ajuda não têm contribuído para a redistribuição da riqueza em benefício das populações mais desfavorecidas e, portanto, tem se revelado em certos momentos insuficiente para colmatar os problemas e reduzir o espaço socioeconómico entre os países desenvolvidos e os PED. Como Sogge (2002) afirma “A pobreza pode ser a principal justificação para a ajuda, mas raramente tem sido o principal critério para a alocação da ajuda.”

Uma saída clara de um estado de miséria, carência e insegurança nos Estados mais frágeis do mundo precisará de ser conduzida através do seu próprio esforço, empenho e governação. A cooperação internacional não poderá por si própria colocar um término à fragilidade dos Estados, conseguindo, no entanto, influenciar e impactá-los positivamente. É, portanto, necessária uma ação mais responsável e capaz por parte dos países e instituições doadoras, de maneira a demonstrar uma maior eficácia e celeridade na altura de definir as estratégias planeadas e de colocar em prática as ações programadas, de modo a não minar as instituições e acentuar as fragilidades.

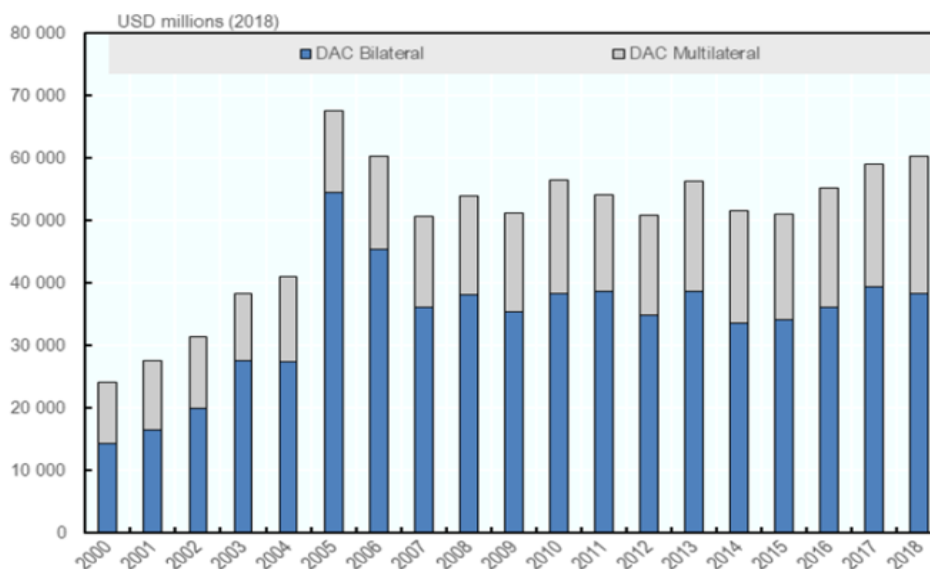
O relatório “Cooperação para o desenvolvimento” (ONGD – Plataforma Portuguesa, 2018) aponta para importância da APD nos Estados frágeis, independentemente do aumento do volume de fluxos privados para os PED nos últimos anos, referindo que “(...) a APD continua a ser muito relevante na cooperação para o desenvolvimento, principalmente para os Países Menos Avançados e os Estados frágeis. Devido à volatilidade dos fluxos privados e à dificuldade dos países menos estáveis em atrair investimento estrangeiro, a APD torna-se elemento-chave no orçamento nacional de alguns países.”

Apesar da APD para contextos frágeis ter aumentado todos os anos desde 2014, nunca tanta APD bilateral líquida (76 mil milhões de dólares) tinha-lhes sido direcionada como em 2018 (OCDE, 2020). Após as remessas, é o segundo maior fluxo de financiamento externo para contextos frágeis, sendo 2,3 vezes o volume de IDE e 67% do valor total das remessas (OCDE, 2020).

Identificando que os países afetados por crises duradouras caracterizam um problema para o desenvolvimento global, os atores internacionais fornecem-lhes cada vez mais quantidades de ajuda, recebendo contudo, menos ajuda para o desenvolvimento do que outros PED que não são categorizados como Estados Frágeis (P. Ferreira, 2014).

Os países membros do CAD reconhecem também que a sua APD é indispensável para apoiar os países frágeis a atingirem a paz e o desenvolvimento sustentável, tendo por isso, providenciado em 2018 cerca de 63% da sua APD líquida total a contextos frágeis, sendo a maior parcela desde 2013 (OCDE, 2020). No total, os países membros do CAD providenciaram em 2018, 60,3 mil milhões de dólares, incluindo 38,2 mil milhões de dólares de APD bilateral e 22,1 mil milhões de dólares de APD multilateral (OCDE, 2020) (Figura 3).

Figura 3: APD bilateral e multilateral dos países do CAD para os Estados frágeis entre 2000-2018



Fonte: OCDE (2020)

Atualmente, é consensual a ideia de que a APD é um recurso que não pretende apenas contribuir para a redução da pobreza, mas também para a resolução e prevenção de conflitos, através da utilização e gestão de instrumentos políticos, humanitários e de segurança. As primeiras orientações do CAD da OCDE sobre “Conflito, Paz e Desenvolvimento” destacavam a mudança de paradigma entre as organizações internacionais e os países doadores, ao acordarem que para se reduzir os níveis de pobreza, a ajuda ao desenvolvimento deveria também considerar os problemas referentes à própria segurança dos Estados e dos indivíduos (OCDE, 1997).

É, portanto, necessária uma união de esforços entre os atores de desenvolvimento para que a longo prazo a intervenção internacional nos Estados frágeis seja capaz de promover reformas nacionais, de forma a construir instituições e estruturas estatais eficazes e democráticas que consigam cumprir com as funções básicas do Estado (diminuindo o déficit democrático), procurando anular os ciclos de violência e vulnerabilidade que afetam uma parte significativa da população mundial.

CAPÍTULO III

A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA EM ÁFRICA: ESTUDO DE CASO DA GUINÉ-BISSAU

3.1 – Política europeia de cooperação para o desenvolvimento e áreas de intervenção

A UE e os seus Estados-Membros são atualmente considerados dos parceiros comerciais mais relevantes no mundo e intervenientes essenciais em matéria de ajuda ao desenvolvimento, sendo em conjunto, o maior doador de ajuda a nível mundial. A cooperação para o desenvolvimento é, deste modo, uma competência partilhada na qual a UE evidencia competências para administrar uma política de desenvolvimento comum, desde que não impeça os Estados-Membros de efetuarem as suas próprias competências na matéria (U. Jochheim, 2020).

Globalmente, a UE coopera com agências internacionais, com a sociedade civil e com mais de 150 países parceiros em áreas como a saúde, a educação, a inovação tecnológica, o meio-ambiente, etc. As várias delegações da UE trabalham estrategicamente em parceria com outros territórios e organizações concebendo programas de médio-longo prazo, que após aprovados pelo Parlamento Europeu e pelos Estados-Membros, são coordenados através de fundos do orçamento geral da UE.

Através da implementação de políticas e da construção de soluções multilaterais, as instituições da UE colaboram entre si, promovendo os seus valores e interesses no mundo, disponibilizando financiamento e empenhando-se no diálogo com outros países, transferindo os recursos prioritariamente para Estados frágeis e PED e adequando as ferramentas e quantias de ajuda às necessidades particulares de cada região.

Tendo em conta os valores históricos que definem e regulam as suas estratégias, as relações da UE com o resto do mundo assentam essencialmente na solidariedade e na colaboração, encarando a cooperação para o desenvolvimento como um investimento num futuro favorável ao progresso.

A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento tem como ponto de partida os princípios fundamentais expostos nos vários tratados e acordos de que a UE faz parte, estando o seu estatuto reconhecido especificamente no artigo 208.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) (TFUE, 2016). Para além de ter um papel preponderante para as políticas externas da UE, pretende ainda promover e apoiar o desenvolvimento sustentável e a estabilidade nos PED, tendo como objetivo principal de longo prazo a erradicação da pobreza.

Contudo, as metas da UE não passam somente pela eliminação dos níveis de pobreza, pelo mero fornecimento de alimentos e água potável ou pelo desenvolvimento de infraestruturas de saúde, educação, energia e transporte. A UE procura essencialmente superar um conjunto de desafios contemporâneos e

globais, de modo a construir sociedades prosperas e seguras, dando para isso resposta a problemas ambientais e climáticos, defendendo os direitos humanos, a democracia, o Estado de Direito e a igualdade de género, preservando a paz e prevenindo conflitos e prestando assistência às populações, países e regiões confrontadas com catástrofes naturais ou de origem humana.

Atualmente a Direção-Geral das Parcerias Internacionais é a principal responsável por conceber a política de desenvolvimento da UE, trabalhando em conjunto com países membros e delegações da UE, de forma a garantir um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável. Esta é uma ferramenta essencial para esta instituição, na criação de relacionamentos externos em torno de prioridades comuns, certificando-se de que o modelo de desenvolvimento europeu evolui em linha com as novas realidades globais (Comissão Europeia, s.d.).

Os vários desafios externos fazem com que a UE tenha um papel cada vez mais fundamental e ativo na arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento, uma vez que, por intermédio da Comissão Europeia (CE), fornece não apenas apoio direto aos países beneficiários, através de diversas modalidades, mas também auxilia na coordenação da política de desenvolvimento dos seus Estados-Membros.

Apesar do papel da CE no âmbito da cooperação internacional remontar ao Tratado de Roma (1957), que antevia um vínculo comercial preferencial com os Países e Territórios Ultramarinos dos membros fundadores da Comunidade Económica Europeia (CEE), esta instituição só obteve competências em matéria de política de desenvolvimento nos anos 90 (J. Bergmann et al., 2019).

Nos anos subsequentes ao Tratado, a cooperação europeia para o desenvolvimento evoluiu progressivamente, ao ponto de ser assinada a primeira Convenção de Yaoundé (1963) como consequência dos processos de independência dos Países e Territórios Ultramarinos em África (J. Bergmann et al., 2019). Esta primeira Convenção pretendia fundamentalmente construir uma parceria mais profícua entre a CEE e os Estados de África, Caraíbas e do Pacífico (ACP) melhorando a cooperação para o desenvolvimento e as ligações comerciais. Complementarmente, a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) permitiu estabelecer relações estratégicas entre a Europa e as suas ex-colónias nos países do grupo ACP, com o intuito de providenciar ajuda financeira e técnica para os países mais necessitados, no âmbito da promoção do desenvolvimento económico, social e humano, bem como da integração e cooperação regional.

Com mais de uma década decorrida, entra em cena a Convenção de Lomé (1975), tornando-se a pedra basilar da política de desenvolvimento da UE, dando sequência aos trabalhos desenvolvidos nas Convenções de Yaoundé através da regulação das relações entre a UE e o designado grupo ACP, tendo sido descrito como um programa de ajuda e trocas comerciais através de uma cooperação autêntica entre ambas as partes envolvidas (L. Mah, 2015).

Contudo, vários acontecimentos no espaço europeu e mundial, de ordem política, económica e social entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, exigiram uma redefinição do papel da Europa no mundo. A formalização do Tratado de Maastricht (1992) efetivou as bases legais para a existência de uma política europeia de desenvolvimento partilhada no domínio da cooperação para o desenvolvimento, aumentando o papel da UE na cena internacional através de uma política externa e de segurança comum (L. Mah, 2015). Este Tratado definia assim as competências das respetivas instituições da UE e dos Estados-Membros, estabelecendo uma moldura jurídica e institucional para a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária.

No final da década de 90, os valores de ajuda global atingiram níveis muito reduzidos e os programas de cooperação e ajuda provenientes da UE seguiram também esta tendência negativa, que de certa forma, pôs em causa a efetividade da CE nesta área. Deste modo, na transição para o novo século, o Conselho e a Comissão chegaram a um acordo pela primeira vez na história, sobre a definição dos objetivos de uma política Europeia de desenvolvimento, que considerava a erradicação da pobreza, a longo prazo, como um objetivo preponderante a ser cumprido, assim como, realçava a importância de assegurar a eficácia da ajuda através da coordenação entre as instituições europeias, os Estados-Membros e os doadores internacionais (J. Bergmann et al, 2019). Como referido por J. Bergmann et al. (2019) *“This Development Policy Statement (DPS) (2000) symbolized the ‘European doctrine’ for development and outlined an overall narrative with the aim of strengthening the visibility and effectiveness of European aid.”*

Ainda no mesmo ano, a assinatura do Acordo de Cotonou (2000) permitiu reduzir os níveis de pobreza, reforçar a estabilidade e integrar os países ACP na economia mundial, concebendo alterações relevantes aos procedimentos de apoio e trocas comerciais, anteriormente estabelecidas na Convenção de Lomé (L. Mah, 2015).

Com o começo do novo milénio, dá-se início ao procedimento para a adoção de uma declaração conjunta denominada “Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento” (2005), que estabeleceu um grupo de princípios e planos de ação comuns no qual a UE e os seus Estados Membros concretizaram as respetivas políticas de desenvolvimento num sentido de complementaridade, determinando objetivos de coordenação e cooperação, permitindo a distribuição de maiores índices de ajuda e uma maior coerência na elaboração das políticas destinadas ao desenvolvimento dos PED.

Todavia, após dois episódios catastróficos (crise financeira global e crise da dívida europeia de 2009) a Comissão viu-se forçada a rever as suas políticas de desenvolvimento. Desta forma, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (2009) conduziu à criação do Serviço Europeu para a Ação Externa, que de acordo com J. Bergmann (2019) auxiliou *“(..)”* a promover a coerência na esfera da política de ação externa da UE e obteve um papel fundamental na codecisão sobre a programação da ajuda.” A assinatura deste tratado

tencionava colmatar as fragilidades de longo prazo na ação coletiva da formulação de políticas europeias de desenvolvimento, conferindo novos poderes legislativos ao Parlamento Europeu (colocando-o ao mesmo nível do Conselho da União Europeia relativamente á tomada de decisões e á maneira como os recursos são utilizados) e alterando a forma como o Parlamento coopera com outras instituições (Parlamento Europeu, s.d.). Este tratado reiterou também a necessidade do compromisso da UE em suprimir a pobreza global, dando prioridade à política de desenvolvimento nos assuntos externos da UE e sublinhando a necessidade de cooperação entre esta e os Estados-Membros.

Porém, devido a um contexto internacional em constante mudança, reivindicava-se uma redefinição da cooperação para o desenvolvimento da UE, que viria a resultar na adoção da Agenda para a Mudança (2011) e mais tarde na Agenda 2030 (2015).

Após a sua admissão, a UE assinou em 2017 uma versão revista do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2005. Este renovado consenso torna-se a base da política de desenvolvimento da UE para os próximos anos e define os princípios gerais a serem aplicados pelas instituições da UE e pelos seus Estados-Membros na sua cooperação com os PED, a fim de contribuir para a concretização dos objetivos definidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

O novo Consenso, para além de manter a erradicação da pobreza como principal meta de longo prazo, pretende ainda fortalecer o papel da coerência das políticas para o desenvolvimento da UE (de maneira a melhorar a eficiência e o impacto da cooperação europeia no mundo), construir várias parcerias com um maior número de elementos interessados e assegurar a coesão entre os diferentes domínios da ação externa da UE e as suas outras políticas, desempenhando um papel preponderante no projeto de integração europeia (União Europeia, 2017).

Consequentemente, um novo instrumento previsto no contexto do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027, denominado Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI), foi concebido para dar resposta a novas prioridades e crises emergentes num mundo em rápida mudança, combinando todos os programas de ação externa da UE num amplo instrumento de financiamento e ajudando desta maneira, a colmatar falhas e a evitar sobreposições na multiplicidade de programas externos da UE.

O IVCDI englobará a cooperação da UE com todos os países terceiros, permitindo à UE defender e promover integralmente as suas regras e valores por todo o mundo, apresentando uma abordagem inclusiva e orientada para as políticas e programas de desenvolvimento e contribuindo para cumprir os compromissos e objetivos acordados internacionalmente.

Como proferido por Augusto Santos Silva, atual ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, “Este novo instrumento de financiamento fundamental é a prova tangível de que a UE quer ser um interveniente global. (...) Com o IVCDI poderemos fazer a diferença no apoio aos países parceiros e na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo” (Conselho da UE, 2021).

Através deste mecanismo, a UE aumentará também o seu apoio ao investimento sustentável particularmente em África e nos países vizinhos, ao abrigo do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS), como forma de contribuir para a consecução dos ODS.

3.2 – Continente africano no contexto da ajuda externa

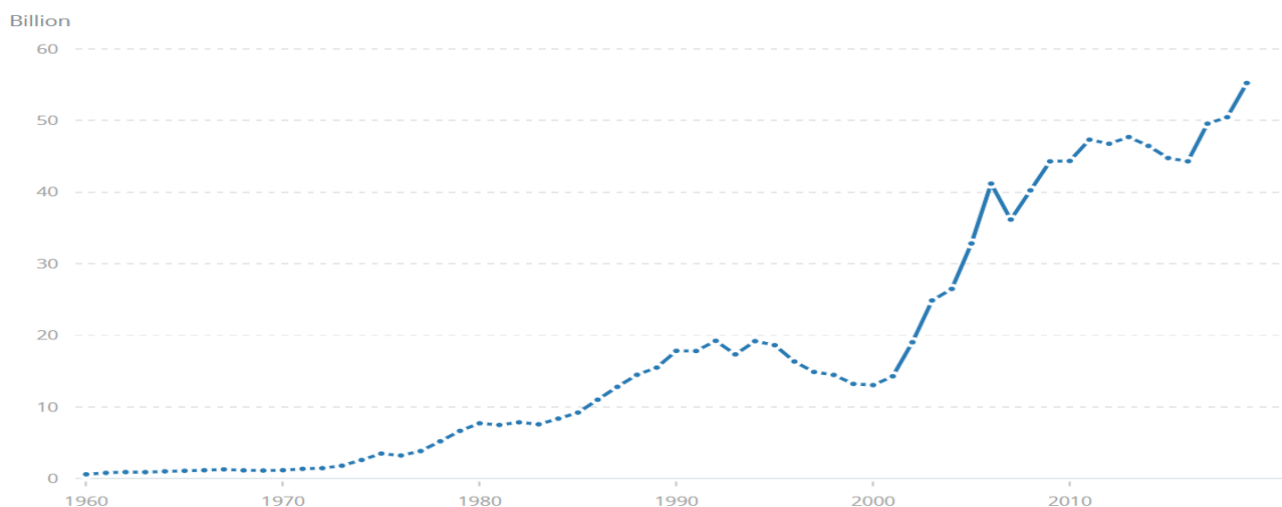
A ajuda concedida pelas nações desenvolvidas constitui um instrumento fundamental de política externa, que contribui para a viabilização do crescimento económico e do desenvolvimento sustentável dos PED, uma vez que estes têm um acesso muito mais limitado aos mercados de capitais internacionais e não conseguem atrair grandes montantes de IDE.

Desde a implementação do Plano Marshal em 1948, a ajuda internacional tornou-se cada vez mais diversificada, padronizada e institucionalizada (J. Cai et al, 2018). Participar no auxílio a territórios pobres e em desenvolvimento tornou-se uma prática comum de países e organizações internacionais em todo o mundo.

O influxo de capitais na forma de ajuda tornou-se assim uma importante fonte de financiamento na maioria dos PED (particularmente no continente africano, uma vez que conta com o maior número de países menos desenvolvidos e é consequentemente aquele onde a maioria está mais distante de alcançar os ODS), representando um conjunto de recursos externos complementares importantes para melhorar o seu desempenho económico.

De acordo com diversos relatórios, o continente africano começou a receber várias formas de ajuda de outros países e organizações internacionais, sobretudo desde a década de 60, a partir do momento em que muitos dos países libertaram-se do domínio das potências coloniais. Contudo, é inegável que o montante de APD recebido (particularmente na África Subsaariana) tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos (Figura 4), faltando, todavia, elementos que demonstrem avanços consideráveis em termos de desenvolvimento.

Figura 4: APD recebida pela África Subsaariana entre 1960-2019

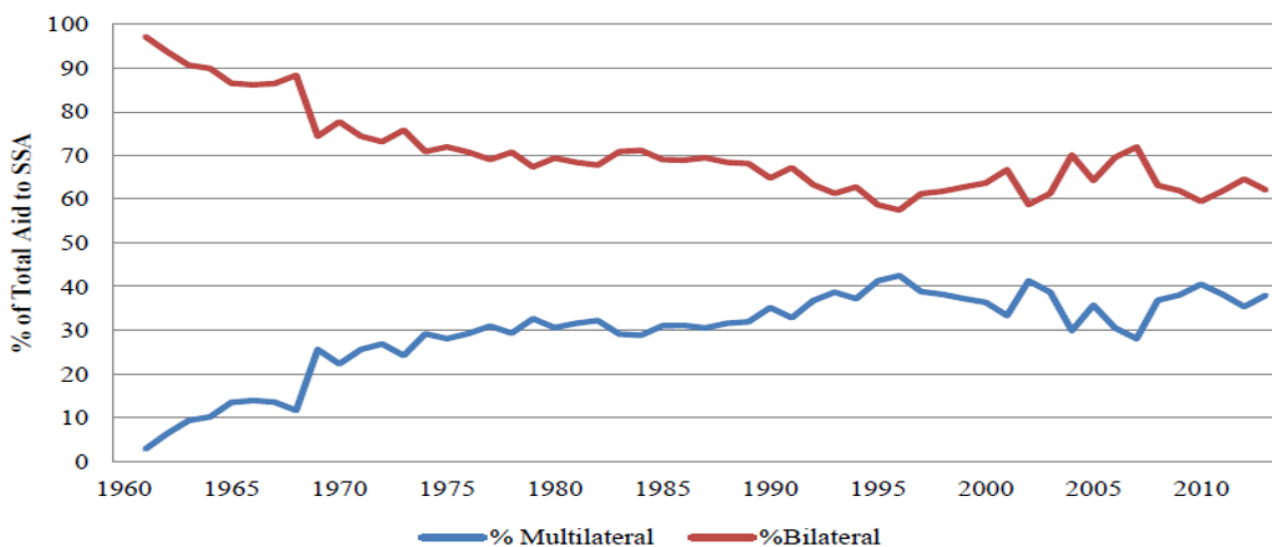


Fonte: Banco Mundial (2020)

Apesar de já terem sido várias as análises empíricas que estimaram o efeito da ajuda sobre o crescimento na África Subsaariana, a maior parte dos estudos realizados determinam que a ajuda tem um impacto positivo, ainda que reduzido, no crescimento desta região (L. Tait et al, 2016).

A própria composição da ajuda para a África Subsaariana também se foi alterando com o passar do tempo. Se em 1960, provinha quase na sua plenitude de doadores bilaterais, desde então, a parcela da ajuda multilateral tem crescido consideravelmente (L. Tait et al, 2016) (Figura 5).

Figura 5: Ajuda Multilateral e Bilateral para a África Subsaariana entre 1960-2012



Fonte: Foreign Aid and Economic Growth in Sub-Saharan Africa, L. Tait et al. (2016)

Relativamente á ajuda bilateral, os países doadores membros do CAD têm consistentemente representado a maior fração de ajuda destinada para África (L. Tait et al, 2016). Em relação à ajuda multilateral para os anos em que há registo, e de acordo com os dados mais recentes da OCDE, destacam-se como os maiores doadores a Associação Internacional de Desenvolvimento (do grupo Banco Mundial), a UE e o Fundo Global da ONU (Figura 6).

Figura 6: Top 10 doadores multilaterais para África entre 2015-2017
(milhões de dólares)

	2015	2016	2017	3-year average	% of all multilaterals
1 International Development Association	6 246	5 844	6 851	6 313	31%
2 EU Institutions	5 176	6 328	6 326	5 943	29%
3 Global Fund	2 211	2 622	3 059	2 631	13%
4 African Development Fund	2 059	2 029	2 427	2 172	11%
5 Global Alliance for Vaccines and Immunization	1 016	755	763	845	4%
6 UNICEF	540	549	558	549	3%
7 IFAD	182	239	319	247	1%
8 UNDP	235	221	207	221	1%
9 IMF (Concessional Trust Funds)	361	23	242	209	1%
10 Global Environment Facility	218	257	112	196	1%
Other multilaterals	1 535	1 185	1 284	1 334	6%
Total multilaterals	19 778	20 052	22 148	20 659	100%

Fonte: OCDE (2019)

De acordo com a visão de Gerhardt (2010), as várias décadas de distribuição de ajuda externa para África tornaram a região mais incapacitada, causando dolorosas consequências para os países afetados e para a imagem da própria cooperação para o desenvolvimento. Dambisa Moyo (2009) refere também que as várias centenas de milhões em ajuda distribuídos dos países desenvolvidos para os PED em África não contribuíram nem para a diminuição da pobreza, nem para o aumento dos índices de crescimento.

Estudos apontam para que entre 1960 e 2000, mais de 500 mil milhões de dólares de APD tenham sido enviados para o continente africano e que a região da África Subsaariana por si só, tenha adquirido mais APD do que qualquer outra região no mundo (P. Eregha & T. Oziegbe, 2016). No entanto, e apesar de uma longa história de ajuda externa, a grande maioria dos países africanos, tem denotado grandes dificuldades em demonstrar progressos económicos e sociais significativos. Prova disso mesmo, é que apesar de entre 1990 e 2015 mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo terem deixado de viver numa situação de

pobreza extrema, em 2015 mais da metade dos indivíduos que viviam neste contexto pertenciam á África Subsaariana. (K. Sebany, 2018).

Posto isto e embora a taxa média de crescimento dos países africanos entre os anos de 2000 e 2015 tenha sido de 5% (Banco Mundial, 2019), tendo ultrapassado a de vários países desenvolvidos (F. Anetor et al, 2020), as condições de vida e níveis de desenvolvimento de algumas regiões permanecem bastante precárias.

Uma das justificações para explicar o lento crescimento e uma conjuntura de resultados tão negativa, deve-se às frequentes crises políticas e económicas (decorrentes de regimes autoritários, instabilidade política e macroeconómica, altos níveis de corrupção, falta de infraestruturas apropriadas, ausência de direitos de propriedade, etc.) manifestadas num conjunto de países africanos e que têm prejudicado largamente o desempenho da ajuda nestes territórios, paralisando a democracia e impedindo o crescimento económico e a captação de investimento externo. Como J. Cai et al. (2018) argumenta, se um país africano estiver a passar por um cenário de instabilidade política e social, nem mesmo uma quantidade significativa de ajuda promoverá o seu crescimento económico.

Outros motivos a serem considerados, passam pela baixa produtividade agrícola, a volatilidade dos termos de troca, as tensões étnicas, a pouca diversificação do tecido empresarial, os elevados custos de transação e os riscos associados à dificuldade em fazer cumprir os contratos estabelecidos devido, principalmente, ao péssimo funcionamento das instituições. A qualidade precária das instituições abre também caminho para sistemas corruptos através do denominado “*rent-seeking*”, representando um obstáculo adicional à eficácia da ajuda neste continente.

Como defendido por diversos autores, instituições melhores e mais democráticas são preponderantes para reduzir a desigualdade, uma vez que ajudam a atender às necessidades dos mais carenciados. Os governos dos países africanos devem por isso fortalecer as suas estruturas institucionais para que a ajuda obtida tenha um maior impacto na redução da pobreza. Identicamente, a ausência de políticas sólidas que facilitem o bom funcionamento do comércio e da economia em geral, contribuem largamente para uma relação negativa entre a ajuda e o crescimento económico em África.

Assim sendo, uma boa gestão dos influxos de ajuda requer que as economias em desenvolvimento, construam um conjunto de políticas e arranjos institucionais favoráveis à consecução dos objetivos determinados na agenda de desenvolvimento (A. Ogundipe et al, 2014).

3.3 – Ajuda pública ao desenvolvimento da União Europeia na Guiné-Bissau

3.3.1 - Retrato geral da Guiné-Bissau

Localizada na África Ocidental, faz fronteira a norte com o Senegal e a leste e a sul com a Guiné e possui uma população a rondar os dois milhões de habitantes (Banco Mundial, 2019). Com uma área de cerca de 36 mil km² (dotada de recursos naturais significativos³) a Guiné-Bissau é dividida em 8 regiões administrativas, povoadas por uma diversidade de grupos étnico-linguísticos (Nações Unidas, 2016). Está classificada como um Estado Frágil e faz parte do grupo de pequenos Estados insulares em desenvolvimento (por ter o arquipélago dos Bijagós incluído no seu território), sendo um dos países menos desenvolvidos e mais pobres do continente africano.

Com um passado altamente marcado pela instabilidade institucional e política (consequência de múltiplas transformações políticas e da desconexão entre o Estado e a população principalmente desde que se tornou independente em 1974), este país continua mergulhado em graves dificuldades socioeconómicas, resultando em níveis de desenvolvimento precários e intensa pobreza, tal como reflete o 175º lugar entre 189 países na avaliação do IDH em 2019.

De acordo com os relatórios das Nações Unidas cerca de 70% da população vive abaixo da linha de pobreza e aproximadamente 33% do povo guineense é considerado extremamente pobre, vivendo com um rendimento inferior a 1 dólar por dia, sendo que os jovens e as mulheres são os grupos mais afetados (Nações Unidas, 2016). Para além das questões relacionadas com a pobreza, o sistema educacional também foi gravemente afetado por décadas de instabilidade institucional devido principalmente à baixa qualidade do ensino, sendo que quase 50% das crianças estão fora da escola e cerca de 50% dos adultos não sabem ler nem escrever (UNESCO, 2018).

Por outro lado, a área da saúde tem registado avanços positivos sobretudo devido a um esforço conjunto de diversos atores nacionais (Governo e setor privado) e internacionais (parceiros de desenvolvimento e organizações internacionais), através da implementação de múltiplos projetos. De acordo com as Nações Unidas (2016), no decorrer da última década, constataram-se progressos encorajadores na redução da mortalidade materna e infantil e na redução da prevalência do VIH/SIDA.

Relativamente ao ambiente empresarial, este não é suficientemente atrativo para fomentar a criação de empresas nem a captação de IDE. Em 2020, de acordo com o relatório *Doing Business* publicado pelo Banco Mundial, a Guiné-Bissau ocupava a 174ª posição de 190.

A economia do país permanece altamente vulnerável devido à grande dependência de uma monocultura de exportação (a venda de castanha de caju representa mais de 90% das receitas de exportação)

³ Incluindo uma variedade de peixes, frutas, castanha de caju, fosfatos, bauxite, areias pesadas e algum petróleo.

tornando grande parte da população bastante exposta aos choques dos preços deste produto e às consequências das alterações climáticas, à debilidade e subfinanciamento do sector agrícola (que corresponde a aproximadamente 60% do PIB e emprega mais de 85% da população guineense), à dependência das importações alimentares e à limitada diversificação da economia (OCDE, 2011).

O setor financeiro revela um brutal subdesenvolvimento, como comprova o facto de o nível de cobertura com serviços bancários e financeiros estar estimado em aproximadamente 2% a 3% da população (Nações Unidas, 2016), o que é demonstrativo de um cenário preocupante que realça também as dificuldades sentidas neste domínio pelo povo guineense.

Em relação ao sistema de justiça existe também uma variedade de problemas, nomeadamente a falta de independência do poder judicial, o número insuficiente de infraestruturas, um quadro legislativo desatualizado, um elevado grau de imunidade atribuída a determinados indivíduos/grupos e obstáculos estruturais no que concerne à obtenção de serviços jurídicos e judiciais básicos (Banco Africano de Desenvolvimento, 2015).

Para além de todos os problemas já enumerados nas várias vertentes que compõem a estrutura da Guiné-Bissau, encontram-se muitos outros nas áreas da governação e do combate à corrupção. De facto, em 2019, o país tinha uma pontuação relativamente ao indicador CPIA sobre transparência, responsabilidade e corrupção no setor público de 1,5 em 6 (Banco Mundial, s.d.), sendo que em 2020 estava classificado em 165º lugar entre 180 países no Índice de Perceção de Corrupção (2021). Fatores como a ausência de políticas anticorrupção e uma alta perceção de impunidade beneficiaram e continuam a favorecer comportamentos que em nada contribuem para a população guineense ou para a imagem do país no panorama internacional.

Contudo, é possível ainda apontar mais obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau, principalmente no que diz respeito à falta de pessoal qualificado, à dependência significativa e gestão improdutiva da ajuda externa recebida e aos efeitos nefastos da criminalidade organizada e do tráfico de droga⁴.

Como é manifesto, são inúmeras as dificuldades sentidas por este país. Para que seja possível inverter a situação e melhorar em parâmetros como os níveis de pobreza, a criação de emprego ou a garantia

⁴ A fragilidade patente tanto na Guiné-Bissau como em toda a região da África Ocidental, torna permeável a presença de criminalidade organizada neste território, tornando-se num problema de segurança internacional por volta da primeira década do século XXI, visto que a sua posição estratégica permitiu grandes envios de cocaína que transitavam na região para a Europa (UNODC, 2013), assim como de outros estupefacientes com origem no continente americano. Contudo, a existência de outros problemas de criminalidade organizada transnacional (incluindo abastecimento ilegal de petróleo, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, o contrabando de migrantes, etc.) numa região onde a maior parte dos países se encontra entre os mais pobres do mundo, refletem uma ameaça à estabilidade e ao desenvolvimento local e internacional.

de segurança alimentar para toda a população, será necessário proceder a uma transformação estrutural da economia (alicerçada num crescimento inclusivo e sustentável) através de uma maior aposta na industrialização, na diversificação económica e no reforço da competitividade externa.

De facto, a Guiné-Bissau não tem sido capaz de ultrapassar os seus problemas e virar a página em direção a um caminho mais próspero. Apesar de algumas tentativas terem sido feitas neste sentido (como são o caso da aplicação de políticas do setor público e da formulação de estratégias de crescimento e redução da pobreza como a DENARP I e II), os progressos socioeconómicos que se poderiam vir a verificar acabaram por não ter o impacto desejado, em larga medida devido à habitual instabilidade política.

As debilidades e limitações governamentais são acentuadas por uma falta crónica de infraestruturas a nível nacional (as conexões rodoviárias, portuárias e aeroportuárias são limitadas), conduzindo a uma marginalização dos segmentos da população, diminuindo o fornecimento de bens e serviços governamentais em todo o território nacional, intensificando o isolamento de certas regiões e restringindo o comércio (Banco Africano de Desenvolvimento, 2015). Adicionalmente, a reduzida capacidade de obter IDE, associada à elevada dívida pública (79% do PIB) e ao alto endividamento externo (36% do PIB) dificultam a resposta do Estado às necessidades de construção e manutenção de infraestruturas, de modernização dos instrumentos de produção e de apoio à diversificação e competitividade da economia.

A instabilidade e a decadência do próprio Estado tem desgastado o contexto social nos últimos anos, nomeadamente desde o golpe de Estado de 2012, devido a uma escassez dos recursos governamentais, o que resultou num menor acesso por parte do povo guineense aos serviços de educação e saúde do país (Banco Africano de Desenvolvimento, 2015).

É então formulado, através da formação de um governo legítimo em 2014 como consequência do fim do regime de transição que resultou do golpe de Estado de 2012, um plano estratégico e operacional 2015-2020 - “Terra Ranka”, assim como, uma estratégia do Governo para 2015-2025 com o intuito de quebrar o ciclo vicioso de pobreza e instabilidade.

Se o objetivo principal do plano “Terra Ranka” era reconstruir o país até 2020, fortalecendo as instituições democráticas e fomentando os alicerces em direção a um caminho de mudança, estabilidade e de desenvolvimento socioeconómico, a instabilidade política fez com que, uma vez mais, a totalidade da ajuda previamente prometida não fosse totalmente canalizada para a sua concretização, impactando negativamente os resultados desta operação.

Por comparação, a estratégia 2015-2025, com os olhos postos no futuro, é composta por seis pilares dominantes, nomeadamente o Pilar I “Motores de Crescimento”, Pilar II “Paz e Governação”, Pilar III “Biodiversidade e Capital Natural”, Pilar IV “Infraestruturas Urbanas e Desenvolvimento”, Pilar V “Desenvolvimento Humano”, e Pilar VI “Simplificação da Estrutura de Negócios e Desenvolvimento do

Setor Privado” (Nações Unidas, 2016), sendo que a sua adoção acaba por reafirmar a vontade da classe política em ultrapassar os desafios endémicos da sociedade guineense, construindo um país politicamente estável e essencialmente alicerçado no fortalecimento do Estado de Direito e da boa governação, na consolidação da paz e na preservação da biodiversidade, numa perspetiva de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Deste modo, por meio do esforço conjunto entre parceiros e organizações internacionais, têm-se efetivado a realização de múltiplos programas e projetos de desenvolvimento assim como a implementação de políticas públicas, com o objetivo de conceber melhorias palpáveis em diferentes domínios de ação.

3.3.2 - Impacto da COVID-19 nos fluxos internacionais de ajuda e na Guiné-Bissau

A pandemia da COVID-19 teve efeitos dramáticos em todo o mundo, revertendo anos de progresso socioeconómico, aumentando os padrões de desigualdade e prejudicando colossalmente as camadas mais pobres da sociedade. Particularmente, os países mais necessitados estão a atravessar tempos de extrema dificuldade, tentando encontrar caminhos que lhes permitam providenciar os recursos que os seus cidadãos mais precisam.

Apesar das várias consequências negativas resultantes da situação pandémica, da qual se destaca uma clara contração na economia global, os valores da ajuda externa de doadores oficiais atingiu um limite histórico de 161,2 mil milhões de dólares em 2020, um acréscimo de 3,5% em termos reais em relação a 2019, aumentando num ano em que todos os outros principais fluxos para os PED (IDE, remessas, etc.) reduziram em função da pandemia (OCDE, 2021).

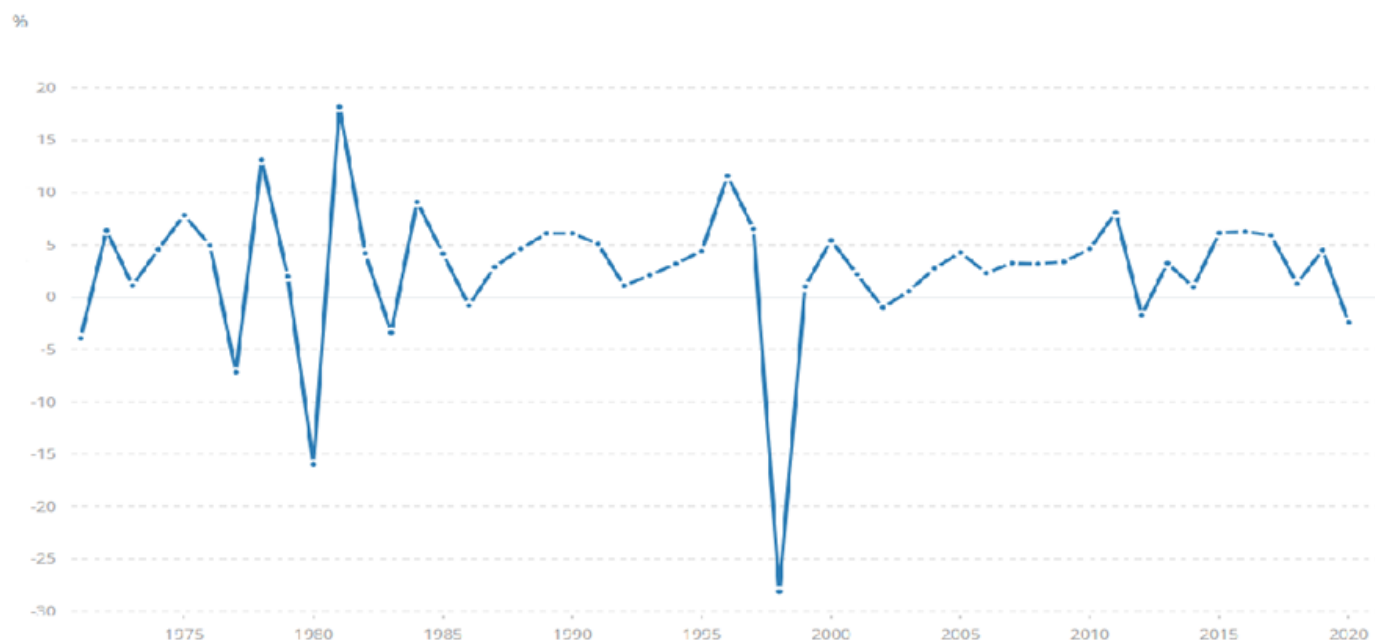
Do mesmo modo, os fluxos de APD bilateral para África e para os países menos desenvolvidos aumentou em 2020, 4,1% e 1,8%, respetivamente, retratando atualmente mais de dois terços do financiamento externo para os países menos desenvolvidos (OCDE, 2021). Este extraordinário resultado deve-se essencialmente aos gastos adicionais desembolsados para auxiliar o combate dos PED contra a COVID-19, sendo que a curto prazo a maior preocupação foi com o fornecimento de ajuda direcionada para os sistemas de saúde, ajuda humanitária e segurança alimentar e a médio-longo prazo o objetivo passa por providenciar testes de rastreio Covid e vacinas, assim como, oferecer apoio económico aos países mais desfavorecidos.

Na Guiné-Bissau, a prevalência de várias doenças e o conjunto de infraestruturas disfuncionais fizeram da pandemia mais um problema a ser resolvido, juntando-se a tantos outros que o país enfrenta.

De maneira a evitar cenários desastrosos, foram aplicadas medidas restritivas para limitar a propagação da doença, o que fez desacelerar o ímpeto de crescimento da Guiné-Bissau. Consequentemente,

a taxa de crescimento de 2020 (-2,4%) foi bastante inferior à registada em 2019 (4,5%), sendo a menor desde o golpe de Estado de 2012 (Figura 7).

Figura 7: Crescimento do PIB da Guiné-Bissau entre 1971-2020 (% anual)



Fonte: Banco Mundial (2020)

Este resultado deriva de maneira geral das questões relacionadas com a pandemia e com o confinamento e de modo particular com o facto de a economia guineense depender em larga escala das exportações da castanha de caju, que sofreram uma redução abrupta no preço e no número de vendas ao exterior, em razão dos bloqueios e fechos nas fronteiras.

Para ultrapassar as dificuldades inerentes à situação pandémica será necessário estabilidade política e uma governação democrática e responsável, que seja capaz de investir em instituições adequadas e de incentivar o envolvimento do setor privado uma vez que as interrupções nas cadeias de abastecimento internacionais, a fraca captação de investimento estrangeiro e a redução das remessas recebidas causaram uma queda nas fontes internacionais de financiamento para o desenvolvimento do país.

3.3.3 – Ajuda pública ao desenvolvimento das instituições da União Europeia na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau necessita veementemente da ajuda externa para o seu próprio desenvolvimento. O financiamento externo providenciado através de donativos e empréstimos financiou aproximadamente 92% dos projetos no Plano de Investimentos Públicos (PIP) em 2019 (Ministério da Economia, Plano e Integração Regional da Guiné-Bissau, 2020). Esta elevada proporção de ajuda externa aplicada tanto no investimento público como nas despesas correntes apresenta consequências negativas para a competitividade

da própria economia e torna prioritário a aplicação de práticas de boa gestão e de coordenação da ajuda entre os doadores.

Contudo, um dos problemas com que a Guiné-Bissau se depara no que diz respeito aos fluxos de ajuda, relaciona-se com a sua fragmentação e imprevisibilidade, dispersando-se por um vasto número de setores, sendo o da educação, infraestruturas sociais e serviços, saúde e produção os principais abrangidos pela APD.

Variados fatores como a recorrente instabilidade política e a consequente dificuldade em reparar a sua credibilidade externa, o facto de não ser uma prioridade estratégica na região para muitos doadores e os problemas com o crime organizado e o tráfico de droga têm afetado negativamente os fluxos de ajuda para o país (OCDE, 2011).

Apesar de depender da ajuda fornecida pelos países e organizações internacionais, a Guiné-Bissau é dos que menos ajuda recebe em termos absolutos quando comparado com outros Estados Frágeis, sendo o 5º país que menos APD líquida total recebeu em 2019 (cerca de 112 milhões de dólares) (OCDE Stat, 2021). Deste valor é de realçar que a APD líquida total recebida pelo país em estudo por parte dos países do CAD correspondeu a cerca de 31 milhões de dólares e por parte das instituições da UE próximo dos 28 milhões de dólares, tendo sido o maior doador multilateral em 2019 (OCDE Stat, 2021).

Os principais doadores de APD nos últimos anos em termos de montante disponibilizado são a Associação Internacional de Desenvolvimento (do grupo Banco Mundial), as instituições da UE, o Fundo Global, o Fundo de Desenvolvimento Africano, as agências das Nações Unidas, o Banco Mundial, Portugal, Japão e Espanha.

No entanto, a UE é atualmente um dos maiores parceiros de cooperação para o desenvolvimento na Guiné-Bissau. Esta cooperação remonta a 1975 e a partir daí tem tido diversos desenvolvimentos e enquadramentos sobretudo ao nível de programas de apoio socioeconómico e financeiro, como forma de auxílio no combate à pobreza e às desigualdades, ao subdesenvolvimento e à corrupção que tem assolado o país, fruto da grande desestabilização política e social.

Os laços que unem estes dois atores há mais de 40 anos são orientados pelas regras e metas estabelecidas no Acordo de Cotonu, envolvendo domínios como o diálogo político, o comércio e a cooperação para o desenvolvimento. O processo de atribuição de ajuda ao desenvolvimento da UE é por isso condicionado ao cumprimento de determinados critérios e princípios da instituição, relacionados nomeadamente com o Estado de direito democrático, o respeito pelos direitos humanos, a estabilidade, a paz e a transparência na governação.

Os programas de cooperação da UE têm como objetivo tornar o país em estudo, um Estado de direito democrático resiliente, que consiga garantir a tão almejada estabilidade social, económica e política.

Pretende ainda contribuir para a consolidação da paz e a implementação de reformas para fortalecer a governança e apoiar a população das áreas mais desfavorecidas.

As instituições da UE organizam em parceria com a Guiné-Bissau diferentes tipos de atividades, desde formações para as organizações da sociedade civil sobre transparência no sector público e governação local, sobre elaboração de propostas de projetos para Autoridades Locais, iniciativas de promoção dos Direitos Humanos, etc. (Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, 2016).

Por outro lado, a Delegação da UE na Guiné-Bissau auxilia na integração regional e nas relações económicas, políticas e de cooperação com outras organizações nacionais e internacionais, assegurando também as relações com as várias representações dos Estados-Membros da UE no país, particularmente em relação à Política Externa de Segurança Comum (Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, 2016).

A UE representa atualmente para a Guiné-Bissau um dos maiores parceiros económicos e financeiros na esfera bilateral e multilateral da política e ajuda externa. Contudo, devido aos ciclos de instabilidade política a relação entre ambos os parceiros tem sido irregular, o que tem causado o congelamento de apoios ao país em causa.

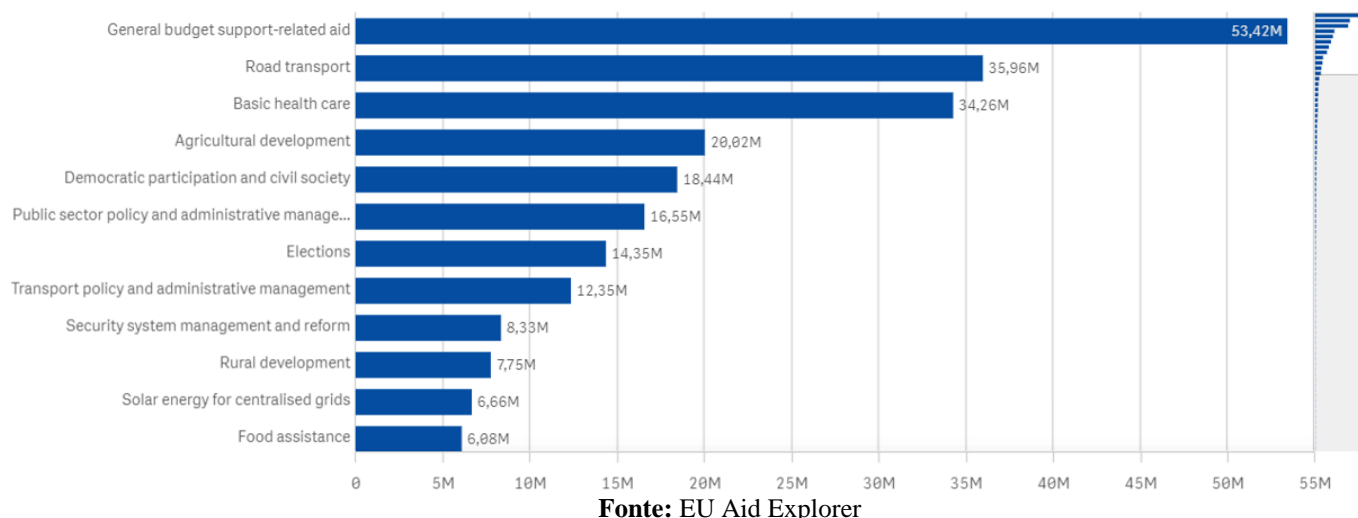
Os diversos golpes de Estado sucedidos na Guiné-Bissau criaram ao longo do tempo uma instabilidade generalizada com reflexos em diferentes setores da sociedade, afetando a sua credibilidade nas relações diplomáticas e comerciais e transformando-se consequentemente num país enfraquecido perante a comunidade internacional.

De acordo com as informações da Delegação da UE na Guiné-Bissau, o 11º FED (2014-2020) permitiu que a intervenção da UE neste país ascendesse a 108 milhões de euros (aproximadamente mais 61 milhões de euros do que no FED anterior), distribuídos através do desenvolvimento de diversos projetos e atividades transversais que pretenderam apoiar a consolidação da governação democrática e melhoria da administração pública, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, o sistema de saúde, a produção e as cadeias de valor agropecuárias assim como o aumento do investimento privado e do comércio (Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, 2016).

Por outro lado, quando comparado com um período temporal mais alargado (2007 a 2019) e como identificado na Figura 8, as áreas específicas que mais dinheiro receberam através da APD providenciada por parte das instituições da UE foram a de apoio ao orçamento geral⁵, transporte rodoviário, serviços básicos de saúde, desenvolvimento agrícola e participação democrática e sociedade civil.

⁵ O apoio ao orçamento geral é uma contribuição financeira para o orçamento de um país parceiro através de uma transferência de recursos de uma agência de financiamento externa para o tesouro nacional de um governo beneficiário, cujo propósito é contribuir para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Neste caso, o diálogo político, as condições de desembolso e a ajuda ao desenvolvimento focam-se nos objetivos políticos gerais e nas prioridades orçamentais

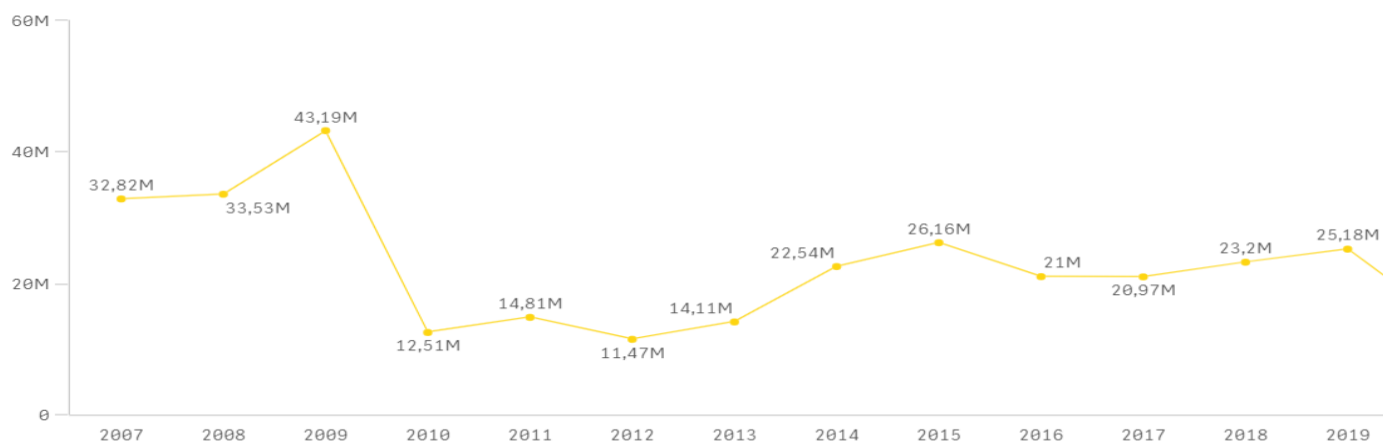
Figura 8: Listagem de diferentes setores apoiados pelas instituições da UE na Guiné-Bissau através de APD



Fonte: EU Aid Explorer

De acordo com os dados da CE e as informações reportadas por outros doadores da UE conforme relatado à OCDE, os gastos em APD de 2007 até 2019 em projetos financiados pelas instituições da UE para a Guiné-Bissau perfizeram um valor total de cerca de 290 milhões de euros, denotando uma queda acentuada nos números da ajuda a partir de 2009 consequência da crise financeira global, da crise da dívida europeia e da instabilidade política do país (Figura 9).

Figura 9: Valores da APD providenciada através de projetos financiados pelas instituições da UE para a Guiné-Bissau entre 2007-2019

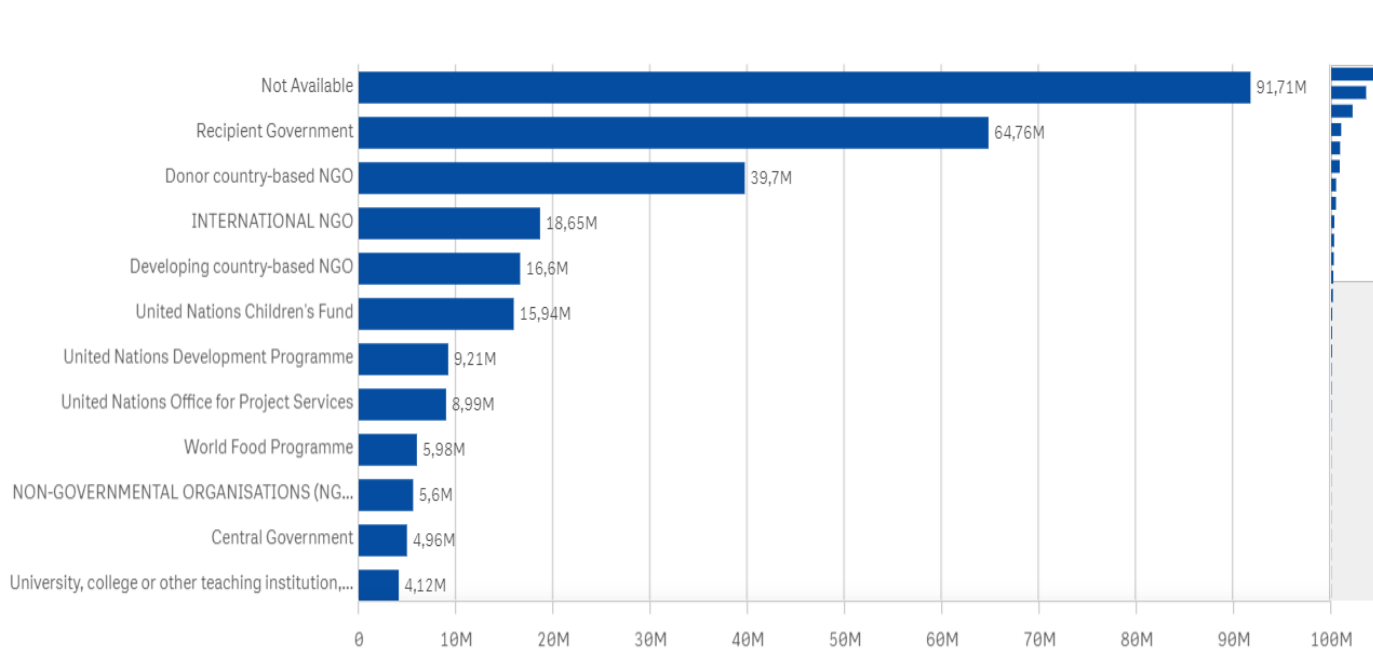


Fonte: EU Aid Explorer

nacionais, sendo uma forma de os doadores ou parceiros de desenvolvimento alinharem o seu financiamento da cooperação para o desenvolvimento com as prioridades do país beneficiário.

Relativamente aos canais/organizações (que implementam projetos de ajuda e que são responsáveis pelos fundos) que receberam uma maior quantia de APD pelas instituições da UE como forma de apoio à Guiné-Bissau no período compreendido entre 2007 e 2019 destacam-se, o governo guineense, várias organizações não governamentais (ONG's) e diferentes fundos e programas das Nações Unidas (Figura 10).

Figura 10: Listagem de organizações que receberam uma maior quantia de APD pelas instituições da UE para a Guiné-Bissau entre 2007-2019



Fonte: EU Aid Explorer

Apesar de serem vários os atores que intervêm para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, há um objetivo comum a todos eles – a consecução dos ODS. O cumprimento destas metas são um objetivo permanente na intervenção da UE neste país e por esse motivo, desde a sua implementação, várias dezenas de milhões já foram gastos.

De acordo com os dados da CE mais os dados de outros doadores da UE, conforme relatado à OCDE, entre os 17 objetivos que compõe os ODS (Figura 11), os três que quantificam uma maior quantia de ajuda até ao momento são o objetivo nº1 (erradicação da pobreza), o objetivo nº3 (saúde e bem-estar) e o objetivo nº17 (parcerias para a implementação dos objetivos) estando, contudo, ainda distantes das metas pretendidas.

Figura 11: Valores da ajuda disponibilizada para a Guiné-Bissau através das instituições da UE para cada um dos dezassete ODS



Fonte: EU Aid Explorer

As dificuldades em concretizar os objetivos previamente delineados devem-se ao facto do planeamento, coordenação, monitorização e avaliação de programas e projetos de ajuda ao desenvolvimento permanecerem um problema na Guiné-Bissau, em virtude das insuficientes capacidades administrativas, institucionais e técnicas do país e ao constante cenário de instabilidade.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO

Este trabalho final de mestrado teve como principal objetivo aferir o papel da APD da UE na Guiné-Bissau, analisando primeiramente e num cenário macro, o seu impacto em Estados considerados frágeis e a relevância da ajuda externa em África (especialmente na região Subsariana).

Esta dissertação permitiu compreender em primeiro lugar o contributo da APD na consolidação e no desenvolvimento dos Estados Frágeis, assim como, entender o papel que os atores não-estatais podem ter no preenchimento do vazio deixado pela incapacidade dos Estados em gerir os graves problemas socioeconómicos que afetam estas populações, através da elaboração de programas e projetos de desenvolvimento afetos a diversos setores.

Em segundo lugar, a realização deste estudo permitiu verificar a relevância do influxo de capitais na forma de ajuda no continente africano, representando um conjunto de recursos externos complementares importantes para a economia de muitos destes países. No entanto, e apesar de ser inegável que o montante de APD recebido (particularmente na África Subsaariana) tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos, faltam ainda elementos evidentes que demonstrem claros avanços em termos de desenvolvimento. Esta é uma das críticas que um conjunto de autores faz sobre a ajuda ao desenvolvimento providenciada pelos países desenvolvidos e organizações internacionais, relativamente à reduzida eficácia que estes apoios têm de facto na vida e no dia a dia dos cidadãos destes países. Existem várias justificações que podem ser resposta para o facto de os níveis de desenvolvimento permanecerem tão baixos comparativamente a outras regiões do mundo, desde logo as frequentes crises políticas, sociais e económicas que têm um efeito devastador no desempenho da ajuda nestes territórios.

Em terceiro lugar, a elaboração deste trabalho possibilitou investigar e analisar a importância da APD fornecida pela UE à Guiné-Bissau, como forma de apoio na consecução dos ODS e na melhoria de vida do povo guineense. Atualmente, a UE é um dos maiores parceiros de cooperação para o desenvolvimento desta país, elaborando programas de apoio sociais e económicos, como forma de auxílio no combate à pobreza e às desigualdades, ao subdesenvolvimento, e à corrupção que tem devastado o país.

Contudo, a pandemia causada pela doença COVID-19 veio dificultar ainda mais o processo de desenvolvimento e o alcance dos ODS em todo o mundo e particularmente no continente africano, sendo um grande teste à cooperação internacional para o desenvolvimento, ao multilateralismo e à própria ajuda externa. Apesar desta enorme adversidade, os valores da ajuda para o desenvolvimento em 2020

aumentaram quando comparado com anos anteriores, demonstrando o empenho que os países e organizações doadoras têm em apoiar os mais pobres do mundo na luta contra a pandemia.

A partir deste trabalho, a investigação sobre o processo de ajuda externa para a Guiné-Bissau deverá continuar por via do seu aprofundamento, com vista a acompanhar a sua evolução e importância no desenvolvimento do país. Deste modo, poderão ser estudadas e desenvolvidas várias vertentes em trabalhos futuros, seja através de um estudo pós-pandemia que avalie o impacto da COVID-19 na ajuda externa e no crescimento económico do país, ou uma análise comparativa pós-pandémica que analise a distribuição e os valores da APD entre a Guiné-Bissau e outros países da África subsariana.

BIBLIOGRAFIA

Anetor, F. O., Esho, E., & Verhoef, G. (2020). The impact of foreign direct investment, foreign aid and trade on poverty reduction: Evidence from Sub-Saharan African countries. *Cogent Economics & Finance* 8, 1-14.

Banco Africano de Desenvolvimento. (2015). *Guinea-Bissau - 2015-2019 country strategy paper*.

Banco Mundial (2019). *GDP growth (annual %)*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=GW> [Acesso em: 2021/09/19].

Banco Mundial (2019). *Population, total - Guinea-Bissau*, World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=GW> [Acesso em: 2021/03/22].

Banco Mundial (s.d.). *CPIA transparency, accountability, and corruption in the public sector rating (1=low to 6=high) - Guinea-Bissau*, World Bank. Disponível em:

Banco Mundial. (2015). *Guiné-Bissau - Memorando Económico do País, Terra Ranca! Um novo começo*.

Banco Mundial. (2020). *Doing Business 2020*. Washington, DC: World Bank.

Bauer, P. (1971). *Dissent on development: Studies and debates in development economics*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Bauer, P. (2004). *From Subsistence to Exchange and Other Essays*. Princeton University Press.

Bergmann, J., Delputte, S., Keijzer, N., & Verschaeve, J. (2019). The Evolution of the EU's Development Policy: Turning Full Circle. *European Foreign Affairs Review*, 24(4), 533–554.

Bluhm, R., Gassebner, M., Langlotz, S. & Schaudt, P. (2016). *Fueling conflict? (De)escalation and bilateral aid*. CESifo Working Paper Series No. 6125, 1-42.

Blunt, P., Turner, M. & Hertz, J. (2011). The meaning of development assistance. *Public Administration and Development* 31(3), 172-187.

Browne, S. (1997). *The Rise and Fall of Development Aid*. WIDER Working Papers No. 143/1997, 1-37.

Burnside, A. & Dollar, D. (1997). *Aid, Policies, and Growth*. World Bank Policy Research Working Paper No. 569252, 1-52.

Cai, J., Zheng, Z., Hu, R., Pray, C. E., & Shao, Q. (2018). Has international aid promoted economic growth in africa? *African Development Review*, 30(3), 239–251.

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (s.d.). *Fragilidade*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/fragilidade> [Acesso em: 2021/07/26].

Cassen, R. (1986). *Does Aid Work?*, Oxford University Press.

Comissão Europeia (s.d.). *Parcerias internacionais*. Disponível em:

Conselho da UE (2021). *Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global: Embaixadores junto da UE dão luz verde ao texto de compromisso final com vista a um acordo com o PE*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/03/17/neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument-global-europe-eu-ambassadors-greenlight-final-compromise-text-with-a-view-to-an-agreement-with-the-ep/> [Acesso em: 2021/06/10].

Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau (2016). *Guiné-Bissau e a UE*. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/guinea-bissau/1277/guinea-bissau-e-ue_pt [Acesso em: 2021/09/04].

Desai, H. (2020). *States of fragility and official development assistance*, OECD Development Cooperation Working Papers, No 76. Paris, OECD Publishing.

Easterly, W. (2002). *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge: MIT Press.

Eregha, P., and Oziegbe, T. (2016). Official development assistance, volatility and per capita real gdp growth in sub-saharan african countries: a comparative regional analysis. *The Journal of Developing Areas* 50(4), 363–82.

Ferreira, B. & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Caderno de Estudos Africanos* 34, 113-144.

Ferreira, P. (2014). “Estados Frágeis” em África - A Intervenção Externa nos processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (peacebuilding).

Gerhardt, R. (2010). *Time for a Rethink: Why Development Aid for Africa Has Failed*. Disponível em: <https://www.spiegel.de/international/world/time-for-a-rethink-why-development-aid-for-africa-has-failed-a-712068.html> [Acesso em: 2021/04/08].

Harrigan, J. & Toyé, J. (1995). *Aid and Power -The World Bank and Policy Based Lending*. Routledge.

Herzer, D. & Nunnenkamp, P. (2012). 'Foreign aid and income inequality within recipient countries: Another sad result on aid effectiveness!' Disponível em: <https://voxeu.org/article/another-sad-result-aid-effectiveness> [Acesso em: 2021/07/11].

Hoeffler, A. & Outram, V. (2011). Need, Merit, or Self-Interest—What Determines the Allocation of Aid?. *Review of Development Economics* 15 (2), 237-50.

<https://data.worldbank.org/indicator/IQ.CPA.TRAN.XQ?locations=GW> [Acesso em: 2021/03/05].

https://ec.europa.eu/info/departments/international-partnerships_pt [Acesso em: 07/08/2021].

Jochheim, U. (2020). *A general survey of development policy*, Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/163/quadro-geral-da-politica-de-desenvolvimento> [Acesso em: 2021/06/01].

Mah, L. (2015). Reshaping European Union development policy: Collective choices and the new global order. *Revista Brasileira de Política Internacional* 58(2), 44–64.

Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. (2020). *Plano Nacional de Desenvolvimento*, República da Guiné-Bissau.

Morrissey, O. (2001). Does Aid Increase Growth? *Progress in Development Studies* 1(1), 37-50.

Moyo, D. (2009). *Dead Aid: Why aid is not working and how there is a better way for Africa*. 1ª ed. New York : Farrar, Straus and Giroux.

Nações Unidas. (2003). *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*. New York: United Nations Department of Public Information.

Nações Unidas. (2016). *2016-2020 Partnership Framework between Guinea-Bissau and the United Nations*. Bissau: Nações Unidas.

Niyonkuru, F. (2016). Failure of Foreign Aid in Developing Countries: A Quest for Alternatives. *Business and Economics Journal* 7 (3), 1-9.

OCDE (s.d.). *Total Official Support for Sustainable Development*. Disponível em: <https://www.tossd.org/> [Acesso em: 2021/05/06].

OCDE. (1992). *Review of the ODA Concept*, Note by the Secretariat DCD/DAC(92)28

OCDE. (1997). *DAC Guidelines on Conflict, Peace and Development Co-operation*, Paris: OECD Publishing.

OCDE. (2011). *Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau*, OECD Publishing.

OCDE. (2012). *From Aid to Development: The Global Fight against Poverty*, OECD Publishing.

OCDE. (2016). *States of Fragility 2016: Understanding Violence*, Paris: OECD Publishing.

OCDE. (2018). *States of Fragility 2018*, Paris: OECD Publishing.

OCDE. (2020). *States of Fragility 2020*, Paris: OECD Publishing.

OCDE. (2021). *COVID-19 spending helped to lift foreign aid to an all-time high in 2020 but more effort needed*. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/covid-19-spending-helped-to-lift-foreign-aid-to-an-all-time-high-in-2020-but-more-effort-needed.htm> [Acesso em: 2021/05/11].

OCDE. Stat (2021). *Aid (ODA) disbursements to countries and regions [DAC2a]*. Disponível em: <https://stats.oecd.org/#> [Acesso em: 2021/07/02].

Ogundipe, A., Ojeaga, P. & Ogundipe, O. (2014). Is Aid Really Dead? Evidence from Sub-Saharan Africa. *International Journal of Humanities and Social Science* 4(10), 300-314.

Parlamento Europeu (s.d.). *O PE após o Tratado de Lisboa: um papel reforçado na construção da Europa*. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/powers-and-procedures/the-lisbon-treaty> [Acesso em: 29/05/2021].

Plataforma Portuguesa das ONGD. (2018). *Cooperação para o Desenvolvimento*, Plataforma Portuguesa das ONGD.

PNUD. (2020). *Síntese - Relatório do Desenvolvimento Humano 2020; A próxima fronteira, O desenvolvimento humano e o Antropoceno*, Nova Iorque: PNUD.

Santos, R. (2019). *Breve história de um Conceito “em Desenvolvimento”* - Disponível em: <https://www.fecong.org/2019/06/03/10485/> [Acesso em: 2021/08/10].

Sebany, K. (2018). *Over one billion people lifted from extreme poverty since 1990*. Disponível em: https://www.one.org/us/blog/update_world_bank_poverty_figures/ [Acesso em: 2021/05/05].

Seers, D. (1969). The meaning of development. *International Development Review* 11(4), 3-4.

Sogge, D. (2002). *Give and take: what's the matter with foreign aid?*. London/New York: Zed Books.

Tait, L., Siddique, A. & Chatterjee, I. (2016). *Foreign Aid and Economic Growth in Sub-Saharan Africa*.

Transparency International. (2021). *Corruption Perception Index 2020*.

UNESCO. (2018). *2018-2020 Country Strategy Guinea-Bissau*.

União Europeia (2016). *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Versão Consolidada)*. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF [Acesso em: 2021/08/27].

União Europeia (2017). *O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento*, Declaração comum da UE — «O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro». Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:4301055&from=PT> [Acesso em: 12/04/2021].

UNODC. (2013). *Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: Avaliação da Ameaça*.

Williams, V. (2021). *Foreign aid*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/foreign-aid> [Acesso em: 2021/06/20].